

1 **Ata da 44ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher**
2 **[CNDM]**. Nos dias dezoito e dezenove de agosto de dois mil e quinze, realizou-se a
3 quadragésima quarta Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
4 (CNDM), na sala de reunião da Secretaria de Política para as Mulheres/SPM, conforme
5 pauta constante no **Anexo nº 01**. Das 09h00 às 12h00 ocorreu a reunião das Câmaras
6 Técnicas (de Monitoramento do PNPM e de Planejamento e Orçamento; de Assuntos
7 Internacionais, de Legislação e Normas e a CTE do Observatório de Gênero não ocorreu
8 por falta de quórum. As 14h00 a ministra **Eleonora** iniciou a reunião e, após saudar as
9 pessoas presentes, alegou que essa era a primeira reunião após efetivar a Coordenação
10 Política do CNDM, o que qualitativamente fará a diferença. Em seguida, deu posse às
11 novas conselheiras governamentais, representando o MCTI, a ex-ministra de política
12 para as mulheres, como titular **Emília Therezinha X. Fernandes**, e disse ser uma honra
13 tê-la de volta, agora integrando o CNDM e a sua suplente **Ludmila Maria B. de Brito**
14 **Ribeiro**. Deu posse a conselheira da sociedade civil **Bruna Couto Rocha/UNE**. Em
15 seguida justificou as seguintes ausências: **Justina Inês Cima/MMC**; **Rosimere Maria**
16 **V. Teles/UMIAB**; **Carmem Simone G. Diniz/ABRASCO**; **Ivânia Pereira Teles/CTB**;
17 **Lídia Correa/CMB**, **Rachel Moreno/RMM** e **Clara Charf/Conselheira Emérita**. E
18 anunciou a presença das integrantes da Comissão Organizadora da 4ª CNPM: **Maria**
19 **Olívia Santana/SPM** da Bahia; **Tereza Cristina N. Sousa/SPM** de Goiânia e **Laisy**
20 **Moriére/Secretária de Mulheres do PT**. Sobre a aprovação da ATA da 43ª Reunião
21 Ordinária do CNDM, como não foi postada na lista em tempo hábil para leitura, sugeriu
22 um prazo de dez dias para os acertos finais. Acordou-se então que após o prazo
23 estabelecido a ATA seria considerada aprovada. Presença na reunião (**Anexo nº 02**).
24 Entrando no primeiro ponto de pauta sobre análise da conjuntura, a ministra **Eleonora**
25 referiu que desde a reeleição da presidenta Dilma, a conjuntura política tem sido muito
26 difícil. Primeiro, devido a sua vitória ter sido muito apertada, daí decorrendo o tratamento
27 hostil dado pelos seus opositores e a exacerbação inadmissível de um ódio por questão
28 de classe social e de gênero, explicitado por representantes basicamente de uma
29 burguesia conservadora em termos de valores, por conta da reeleição de uma mulher
30 sem companheiro e com a história de vida que lhe é peculiar: Um ódio que tem se
31 traduzido em agressões muito difíceis de serem combatidas; uma explícita
32 determinação de se fazer um “terceiro turno”. Aliado a isso, com uma Câmara Federal
33 permeada por um conjunto de deputados majoritariamente do sexo masculino e muito
34 conservadores na questão de valores e uma bancada feminina muito pequena para
35 contrapor às suas investidas. E com parte da sociedade que não quer conviver com as
36 diferenças, o que resulta em uma questão muito séria. Além do mais, agrega-se à
37 situação política, uma crise financeira mundial que vem se agravando desde 2014, e
38 que não atinge apenas o Brasil. Então, parafraseando a presidenta Dilma: “lembram do
39 período 1945-1955 quando Getúlio Vargas se suicidou e que Carlos Lacerda, dizia: –
40 Ele não se elege. Ele se elegeu. – Ele não toma posse. Ele tomou posse. – Ele não
41 governa. Ele governou. E aí ele se suicidou.” E ela diz: eu não me suicido e nem
42 renuncio. A história aqui era: ela não ganha, e ganhou; ela não toma posse e tomou
43 posse, mesmo com a tentativa de impedirem a sua diplomação. Tentaram através do
44 TSE a desaprovação das contas de sua campanha. Nas duas últimas semanas nós, do
45 governo, temos nos empenhado em estabelecer e concretizar diálogos, mostrando que
46 estamos reagindo e resistindo às pressões dos inconformados com o resultado das
47 urnas. Saber conviver com as manifestações de rua sem colocar a polícia para evitar
48 confrontos, é exercitar a democracia. Desistiram do golpe, desistiram do *impeachment*,
49 e agora querem que ela renuncie ou faça *mea culpa*. *Mea culpa* de quê? Renunciar por
50 quê? O que ela fez de errado? Logo ela que foi a única presidenta que garantiu a
51 apuração de todos os mal feitos. Está aí o lava-jato apurando sem interferência do
52 executivo. Agora, temos um juiz de primeira instância do Paraná que pauta o desenrolar
53 da crise política e um Congresso Nacional com suas pautas que não favorecem o
54 governo a governar. Nesse aspecto quero dizer que estamos absolutamente

55 conscientes do momento político e econômico que vivemos. Sabemos de que lado
56 estamos, pois temos certeza da integridade e dos compromissos da Presidenta Dilma.
57 Agora, para sair da crise política, precisamos contar com os movimentos sociais. Nesse
58 sentido, é fundamental que o diálogo não se faça só via presidência, deve ocorrer
59 também junto aos/as ministros/as. Aproveito para informar que o ministro Chioro
60 inaugurou um dos maiores hospitais de trauma no nordeste, mesmo e apesar da crise.
61 E afirmou: o governo atravessará a crise financeira. E novamente parafraseando a
62 presidenta Dilma disse: é uma travessia dolorosa e difícil, mas vamos superá-la. E
63 acrescentou: nos momentos de crise política é necessário fazermos pactuações junto
64 aos movimentos sociais, ao Congresso Nacional e aos partidos políticos. É importante
65 ficar claro que a presidenta Dilma sabe quais são os limites desses pactos. E continuou:
66 há um movimento que quer a todo custo acabar com o PT e, referindo-se ao boneco
67 inflado do Lula vestido de presiário, disse: é a primeira vez que isso acontece com um
68 ex presidente em manifestações de rua. Isso mostra que essas manifestações têm foco.
69 Essas pessoas são capazes de deixar a Dilma sangrando até 2018 para não eleger o
70 PT outra vez, ou seja, não eleger o Lula e a coligação. Nesse sentido lembremos da
71 abertura da copa, foi ali que tudo começou, quando a presidenta Dilma recebeu aquelas
72 vaias. Foi ali que começou a campanha “fora Dilma”. É um nacionalismo que beira o
73 que já assistimos em outras épocas da história mundial de nazismo, fascismo, ditaduras
74 e tudo mais. O foco é derrubar a presidenta, o que significa derrubar um projeto nacional
75 que vem mudando as condições sociais e materiais de vida de parte significativa da
76 população. Agora, afirmo, a presidenta não acabará com a SPM. Ela já avisou que
77 unificará a SEPPIR, a SDH e a SPM. E ela tem convicção do que significa politicamente
78 mexer com essas três secretarias. Seria um desastre, ela acabar com algumas delas,
79 jamais fará isso, porque é a base dela. Do ponto vista orçamentário juntando as três
80 secretarias representa menos de 0,5 % do orçamento geral da união; uma insignificância
81 orçamentária. Todos os ministérios estão contingenciados. Portanto, acabar ou reduzir
82 alguns dos ministérios não tem efeito orçamentário, os cortes seriam muito mais
83 simbólicos. Quero aqui, publicamente, fazer um elogio ao Ministro da Saúde, Arthur
84 Chioro pela sua enfática defesa ao não pagamento dos atendimentos feitos pelo SUS.
85 Tão logo surgiu a proposta no Senado, nos itens da Agenda Brasil ele procurou a
86 imprensa, e com o apoio de vários ministros se colocou radicalmente contrário à
87 proposta, deixando claro que a população já paga o SUS com seus impostos. Foi tão
88 incisivo na sua posição que a proposta saiu da lista dos itens da agenda. E retomando
89 o assunto da reforma administrativa, disse não haver, por parte da presidenta, nenhuma
90 sinalização de corte de ministérios. E comentou: quem esteve na reunião da
91 coordenação da Marcha das Margaridas, ouviu o que ela explicitamente falou: a
92 coordenação, discussão e execução das pautas das Margaridas é composta pelas
93 ministras Eleonora e Tereza e os ministros Rossetto e Patrus, o que sinaliza que não
94 haverá extinção destas pastas. Entrando na questão do machismo e da misoginia,
95 comentou: todas sabemos como essa prática tem se manifestado nas ruas e nas redes
96 sociais. Na medida em que avaliamos ser importante combater esses tipos de violência,
97 agimos como fizemos com o adesivo. Referindo-se à Marcha das Margaridas,
98 parabenizou a CONTAG, em especial, a conselheira Alessandra pela boa condução,
99 envolvendo todo o coletivo de mulheres, as entidades parceiras e as não parceiras que
100 estão ligadas ao tema, e a todas as pessoas que contribuíram. Disse que neste ano a
101 marcha foi o ato de massa mais importante que já viu e que a SPM tem muito orgulho
102 de ter participado e de ter contribuído. Falou que foi muito importante ver a presença de
103 ministros/as participando, cada qual entro da sua área. E externou o seu pesar pelo
104 falecimento das três companheiras, durante e depois da marcha. E ressaltou, em
105 novembro teremos a Marcha das Mulheres Negras e também vamos nos empenhar. No
106 próximo dia 20 ocorrerá as manifestações de rua contra o golpe e contra o retrocesso.
107 E concluiu dizendo: não está fácil, mas quem gosta de moleza não estaria nos lugares
108 que estamos, seja da parte da sociedade civil ou do governo; são pedreiras que estamos

109 carregando, mas certas de que um dia nossos sonhos se transformarão em realidade
110 (**Anexo nº 03**). E abriu para discussão. **Esther Vilela/MS**, iniciou dizendo: no rastro da
111 onda fundamentalista há reais ameaças aos direitos das mulheres e citou dois PLs que
112 estão tramitando na Câmara dos Deputados: o que trata do estatuto do nascituro, que
113 já está agendado para audiências públicas e para votação e o da reprodução humana
114 assistida que vai de encontro ao primeiro, sobretudo na ameaça aos direitos
115 conquistados em relação a interrupção legal da gestação. Informou que no próximo dia
116 20 ocorrerá uma audiência sobre essa questão, mas acredita que o MS não participará.
117 Será uma audiência em cenário muito desfavorável para a garantia e avanços nos
118 direitos das mulheres. Considerou importante trazer essas informações, tendo em vista
119 que esses projetos, além de prejudicar os direitos adquiridos, no que se refere a
120 autonomia das mulheres, prejudicam também a saúde geral das mulheres. **Alessandra**
121 **Lunas/CONTAG**, informou que a Marcha das Margaridas vinha sendo planejada a mais
122 de um ano, e que o resultado positivo veio da quantidade de companheiras e da adesão
123 de muitas organizações, não só de mulheres. Falou que a mídia veiculou que era o
124 maior absurdo do mundo as mulheres ocuparem o estádio Mané Garrincha, no que
125 ponderou: o fato de ter sido escolhido aquele espaço, foi como uma resposta ao que
126 todas nós sofremos com os ataques durante a copa do mundo, como se aquele espaço
127 não fosse feito para a sociedade civil. Explicou que foi difícil enfrentar a possibilidade de
128 desvirtuarem o objetivo da marcha dizendo que ela era meramente defesa do governo
129 e de que era articulada pelo PT, querendo descaracterizar o papel político das mulheres
130 que organizam e participam da marcha desde o ano dois mil, demarcando o processo
131 político e definindo suas pautas reivindicatórias. Disse que, para ela, era gratificante ver
132 comparações feitas na mídia de que a marcha contribuiu para que a fênix renascesse
133 das cinzas. Em seguida lamentou a perda das companheiras da marcha. Sobre o
134 “sequestro” e morte da Dora informou que ela era uma das dirigentes do Sindicato de
135 Iranduba (Amazonas) e, que, na marcha, ela sempre lutou pela reforma agrária, em que
136 as mulheres estão a anos na linha de frente. Finalizou dizendo que seguirão em marcha
137 para enfrentar muitas outras agressões e situações que infelizmente ainda impera, não
138 só contra as mulheres, mas também contra quem luta pelo direito à terra. A ministra
139 **Eleonora**, propôs que a Alessandra redigisse uma proposta de nota de condolência pela
140 morte das três margaridas, destacando a Dora. **Sheila Sabag/RNFS**, disse estar
141 preocupada com o contexto misógino e machista que estamos vivenciando. Salientou
142 que a agressão e o ódio excessivo jogados contra a presidenta Dilma já repercute no
143 interior dos estados. Contou que em Concórdia, município de Santa Catarina, a vice-
144 prefeita que é do PT lhe disse que vem sofrendo agressões, e que violência chegou ao
145 ponto do prefeito sair de férias e ela não poder substituí-lo, por não contar com o apoio
146 dos vereadores e nem do ministério público. Considera que esse assunto precisa ser
147 muito discutido para um enfrentamento estratégico, pois a situação é muito séria.
148 **Jeanete Mazzeiro/FMM**, deu as boas vindas às novas conselheiras e referindo-se à
149 Emília Fernandes/MCTI, lembrou que foi ela quem fez a primeira reunião do CNDM, em
150 2003, como primeira ministra da SPM. Disse que a fala da ministra Eleonora foi
151 importante para fortalecer os argumentos em defesa dos direitos da mulher. E que a
152 Marcha das Margaridas aconteceu em um momento muito propício, e que devemos unir
153 forças e continuar nossas lutas. **Antônia Salgado/MAMA** assim se colocou: vivemos
154 uma crise econômica mundial e o movimento social está passando por um processo de
155 transição de rumos, e enfatizou que a Marcha das Margaridas foi importante como
156 instrumento de mobilização para trazer novamente os movimentos sociais para a rua,
157 para lutarem pelos seus direitos. Disse que o Ministro da Saúde tem tido uma postura
158 ética e responsável e observou no Dialoga Brasil, em Brasília, onde fez uma belíssima
159 apresentação sobre o SUS. **Claudia Dutra/MEC**, reiterou que a Marcha das Margaridas
160 reforça os movimentos sociais e expande suas lutas e conquistas. Disse não ter dúvidas
161 do agravamento do contexto da conjuntura política. Referiu que a educação é uma das
162 dimensões centrais no projeto da sociedade, e, que nesse momento de retrocesso de

163 disputa política em torno desse projeto, a educação tem sido alvo de uma discussão
164 importante e fundamental. Lembrou que na última reunião do CNDM apresentou e
165 discuti os polêmicos desdobramentos causados pelo PNE que repercutiu nos planos
166 municipais e estaduais, ocasionando enfrentamentos e um número significativo de
167 derrotas advindas de Câmara de Vereadores e de Assembleias Legislativas
168 extremamente conservadoras que, embora as secretarias municipais e estaduais de
169 educação tivessem colocado em seus planos estratégias para a elaboração e
170 implementação de políticas contemplando a dimensão de gênero, políticas educacionais
171 no campo das propostas pedagógicas, grande parte dessas estratégias foram retiradas
172 dos referidos planos. Então, muitos gestores/as de municípios e de estados,
173 parlamentares comprometidos com essa causa e também organizações da sociedade
174 civil, demandaram do MEC um posicionamento sobre a continuidade das suas políticas
175 educacionais contemplando a dimensão de gênero. A diretoria da Secretaria de
176 Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que representa o MEC
177 neste Conselho, se posicionou por de uma nota, reafirmando a importância do conceito
178 de gênero e educação sexual, para elaboração e implementação de políticas públicas
179 nas diversas áreas, dentre elas, a educação. O conceito de gênero é também importante
180 para todas as áreas que tratam da eliminação das desigualdades sociais e a nota faz
181 referência. Então afirmamos que se trata de conceito científico que forma campos de
182 conhecimento e que existe uma ampla produção significativa e importante para compor
183 o currículo escolar. É preciso esclarecer que, tradicionalmente, as escolas já
184 contemplam no currículo escolar a questão de gênero, muitas vezes por um viés sexista,
185 reforçando a discriminação que produzem violências, Ressaltamos de maneira positiva
186 que estes conceitos são fundamentais para compreensão das trajetórias dos/as
187 estudantes e também dos/as profissionais da educação. Colocamos ainda que a
188 compreensão desses conceitos é fundamental para reforçar as relações entre a escola
189 e as famílias, considerando que a escola deve reconhecer a diversidade de família e
190 dessa forma contribui para a formação escolar de qualidade. Reiteramos que esses
191 conceitos fazem avançar as políticas educacionais e os processos pedagógicos
192 beneficiando a todos/as. Informou a nota já foi encaminhada para alguns sistemas de
193 ensino que demandaram e, também, para algumas associações e organizações, como
194 a Associação Brasileira de Antropologia e a Comissão dos Direitos Humanos da Câmara
195 dos Deputados entre outros. Sugeriu, por fim, que a nota fosse incorporada na Ata desta
196 reunião para, dessa forma ser compartilhada com todos/as e ao mesmo tempo
197 divulgada, reafirmando a importância dessa política no contexto educacional. A ministra
198 **Eleonora** salientou: dada a importância desta nota do MEC, assumo a sua divulgação
199 no site da SPM e se o Pleno concordar será também assinada pelo CNDM, no que
200 houve plena concordância. **Emília Fernandes/MCTI** agradeceu a acolhida e informou
201 que junto com Ludmila estariam representando o MCTI no conselho. E dirigindo-se à
202 ministra Eleonora disse ser uma honra voltar a esse espaço onde já vivenciou muitos
203 momentos tão desafiadores quanto o atual, mas como nos disse: não vivemos de
204 facilidades. Disse acreditar que nenhuma das pessoas presentes nesta reunião, vive de
205 facilidades, ao contrário, as nossas vidas se preenchem, se completam, e são
206 desafiadas todos os dias. E, exatamente pelo enfrentamento às dificuldades que nos
207 consideramos lutadoras de uma vida. Portanto, não será neste momento em que as
208 forças conservadoras deste país se apresenta mais uma vez a exemplo do que já
209 fizeram em outros tempos que prenderam, violentaram, massacraram, mataram
210 pessoas para desmontar a democracia, vamos nos acovardar. Então, contem com toda
211 a nossa disposição de luta. Vamos estar aqui, eu e Ludmila, somando esforços nesta
212 luta conjunta que extrapola partidos políticos e consciência de lutadores que se dizem
213 lutadores/as. A Marcha das Margaridas mostrou que quando as pessoas, o povo, a
214 classe trabalhado, se unem e se manifestam, calam as vozes de quem não queria que
215 as mulheres entrassem no estágio Mané Garrincha. Aquele espaço foi construído para
216 o povo, embora agora já estejam querendo privatizá-lo. Nossa luta é pelo fortalecimento

217 da democracia e defesa do governo da presidenta Dilma, porque queremos avanços e
218 não podemos aceitar retrocessos, principalmente, quando vêm carregados de ódio, de
219 intolerância, de conservadorismo, e de preconceitos, como temos presenciado. Em
220 seguida apresentou a sua suplente Ludmila, é uma técnica estudiosa das questões de
221 gênero e já está envolvida na retomada do comitê de gênero no MCTI. Finalizou dizendo
222 que pretende colocar à disposição da SPM um projeto de inclusão digital das mulheres,
223 disse que pensou na Casa da Mulher Brasileira, por se tratar de um espaço importante
224 voltado para autonomia das mulheres. **Matilde Ribeiro**/Conselheira de Notório
225 Conhecimento das Questões de Gênero, referindo-se à análise de conjuntura política
226 disse que se lembrou de dez anos atrás quando se vivia em Brasília toda pressão com
227 relação ao “mensalão”; naquela ocasião pedia-se o *impeachment* do, então, Presidente
228 Lula. Vivia-se o desmonte da agenda positiva equivalente ao que acontece agora em
229 que colocava-se em foco às três secretarias que na época não eram ministérios. Este
230 conselho se posicionou pela não junção das secretarias, utilizando-se de argumentos
231 parecidos com os atuais, sendo que, a atual situação parece muito mais catastrófica, no
232 sentido da investida da elite, diante da qual devemos reagir. Alegou que o sentimento
233 de “Margarida” que está em nós é muito grande e que embora não pôde estar presente
234 torceu para que tudo desse certo, pois a onda de criminalização dos movimentos sociais
235 é muito forte na atualidade, e o debate com a sociedade deve ser intensificado diante
236 dessa nova conjuntura. Falou que participou de uma reunião, chamada pelo Instituto
237 Lula e pela CONEM, de Entidades Negras para fazer uma avaliação, e reforçou a
238 importância de tratarmos conjuntamente as questões de gênero com as raciais,
239 considerando as crenças e as similaridades entre elas do ponto de vista da construção
240 da política pública e reação às investidas da elite. Como professora na UNILAB/Bahia,
241 tem tido a oportunidade de conviver com jovens, e é preocupante os efeitos de toda
242 essa situação sobre os conceitos e apreensão dos jovens, considerando que quem está
243 com 20 ou 30 anos, não viveu a militância da mesma forma como vivemos; não conhece
244 a história do Brasil do ponto de vista da reação, da classe trabalhadora, dos movimentos
245 sociais. Agora, quem está com 50, 60 ou mais anos, vivenciou a história e que hoje diz
246 do desafio que é trabalhar com a juventude no sentido de reforçar essas questões que
247 estamos enfatizando, como necessárias para quebrar as dificuldades históricas que
248 estamos acostumados a lidar e essa junção entre as temáticas que deve dar pela junção
249 das secretarias e não pela junção das nossas agendas políticas. A ministra **Eleonora**
250 consultou o Pleno se passaria para o ponto seguinte ou se continuaria com a análise da
251 conjuntura e como os informes da Secretaria Executiva e das secretárias (SAIAT, SEV
252 e SAE) só foram postados na lista no dia anterior, propôs que indagações e/ou
253 esclarecimentos se desse na lista (*online*), concordando sobre o encaminhamento dos
254 informes (**Anexos nº 04, 05, 06 e 07**). O Pleno decidiu pela continuação da análise de
255 conjuntura, foi dada então a palavra à **Rosane da Silva**/CUT que informou que talvez
256 essa fosse sua última reunião como conselheira, dada a sua saída, em outubro, da
257 executiva nacional da CUT, quando ocorrerá o Congresso. Alegou que há 15 anos está
258 na CUT e que está na hora de desocupar a cadeira para outra mulher e, que, portanto,
259 é possível que na próxima reunião esteja presente a nova secretária nacional das
260 mulheres da CUT. Parabenizou as conselheiras que hoje tomaram posse. E, em seguida
261 referiu-se ao PNE dizendo: nesta cultura política tão difícil, o machismo está presente
262 nas manifestações da direita e disseminando para além das oposições.
263 Acompanhamos, em vários momentos de discussão no Congresso Nacional, a forma
264 machista e misógina que alguns deputados tratam várias das deputadas e senadoras,
265 em que temos uma representação de apenas nove por cento. Parece que essa postura
266 da oposição brasileira de tratar a disputa política do país de forma misógina e machista,
267 tem crescido a violência contra as mulheres. Salientou que atualmente temos um
268 conjunto de mecanismos de proteção às mulheres, como a casa da mulher brasileira, a
269 Lei Maria da Penha que neste ano completou nove anos e outros, de iniciativa do
270 governo do PT, desde os mandatos de Lula e continuado por Dilma, e, mesmo assim, a

271 violência cresce assustadoramente. Em seguida deu o testemunho de uma jovem de 22
272 anos que teve as mãos e os pés decepados, no Rio Grande do Sul. Ela só não morreu
273 porque se fingiu de morta. E continuou: vemos nas redes sociais postagens agressivas
274 e desrespeitosas, como os adesivos e outras com as mesmas marcas violentas. Nos
275 próprios movimentos, do campo da esquerda, tem crescido o machismo, perceptível na
276 forma como nós mulheres somos tratadas no cotidiano, nas nossas organizações. A
277 Marcha das Margaridas dá um ânimo para nós, mostrou a capacidade de organização
278 e mobilização das mulheres brasileiras, pois elas construíram várias formas de angariar
279 fundos e financiamentos para chegarem até Brasília. Deu também ânimo à esquerda
280 brasileira, demonstrando sua disposição de luta em defesa do projeto em curso no
281 Brasil, como disse muito bem Emília Fernandes/MCTI, não é um projeto do PT, mas da
282 esquerda brasileira. E quando a direita ataca o PT, principalmente o ex presidente Lula
283 e a presidenta Dilma, é para introduzir o seu projeto. Eles querem o *impeachment* de
284 Dilma, o Lula na cadeia e a ilegalidade do PT e de todos partidos de esquerda. Informou
285 sobre o ato do dia 13 que contou com a presença de diversas organizações de mulheres,
286 com o protagonismo da CONTAG e com outras. Esclareceu que se tratou de um ato
287 simbólico realizado no Palácio do Planalto e que foi muito importante. Foram mais de
288 50 organizações dos movimentos sociais que estiveram com a presidenta Dilma para
289 dizer-lhe o que, na nossa opinião, deveria ser mudado no seu governo, colocamos
290 nossa crítica sobre a política econômica adotada. Mas também fomos lá para dizer-lhe
291 que não vamos abrir mão da democracia brasileira e que queríamos avançar nas
292 políticas sociais. O conjunto das falas foram unânimes na defesa da democracia, contra
293 o golpe e a ampliação dos direitos sociais e políticos do povo brasileiro. Disse que,
294 muitas vezes, a crise política e econômica brasileira é inventada pela mídia, dada à
295 dimensão que lhe é dada parecendo ser maior do que realmente é. No esforço da saída
296 da crise econômica falou do encontro da presidenta com os setores da indústria e dos
297 diálogos com os movimentos sociais, pois foram eles que a reelegeu e lhes dão
298 sustentação política ao seu governo. E estarão nas ruas no 20/08, lutando pela
299 democracia. Finalizou dizendo que saiu muito otimista com a Marcha das Margaridas,
300 com o ato do dia 13 e com o discurso da presidenta do dia 16 que iniciou dizendo que
301 a elite brasileira não sabe conviver pacificamente no Brasil e é verdade. Vamos dizer
302 para essa elite que a democracia do nosso país tem que avançar e não retroceder.
303 **Bruna/UNE** parabenizou a SPM e todas as organizações que construíram a Marcha das
304 Margaridas, que foi um termômetro para medir a nossa capacidade de mobilização e
305 que revitalizou todo campo da esquerda, e, sobretudo, valorizou o nosso protagonismo
306 ao construirmos esse debate e trazendo as mulheres trabalhadoras que, de fato são as
307 mais acometidas pela crise econômica. O recado dado à presidenta Dilma é o quanto
308 ela tem que conversar conosco, não só dialogar, para se contagiar com a nossa energia
309 e com a nossa capacidade de resistência e encontrar alternativas criativas que, como
310 ninguém, sabemos desenvolver para a superarmos dessa crise colocada em nosso
311 país. Nós, que constituímos a juventude brasileira progressista queremos mais direitos
312 e mais democracia. É essa juventude que tem impulsionando e provocando os
313 movimentos sociais tradicionais. Estamos refletindo sobre as nossas metodologias.
314 Avalia que essa crise pode gerar um caos, “estamos de fato na linha do equilibrista”,
315 mas, também, pode gerar um bom caldo político, para reinventarmos muita coisa que
316 não estava em nosso horizonte. Informou que quer muito dialogar com as mulheres que
317 estão envolvidas com a tecnologia. Contou de sua experiência em Salvador, com a
318 MUMBI que são mulheres militantes do bairro, utilizando-se da internet, uma experiência
319 fantástica. Disse que a partir da lógica da tecnologia da informação e da comunicação
320 várias mulheres estão se envolvendo com a produção de *software* livre e produzindo
321 conteúdos e estão lutando pela democratização dessas tecnologias. E que muitas
322 dessas mulheres estão se organizando em outras frentes e outras metodologias. E acha
323 que o CNDM precisa ser o instrumento de articulação e mobilização para essas “novas”
324 formas de organizações. Informou à Claudia/MEC que a diretoria da UNE também

325 assina a Nota. Finalizou apontando uma pauta importante da juventude brasileira, que
326 atinge, sensivelmente, a vida das mulheres, que é a questão da redução da maioria
327 penal, com a possibilidade de ser votada hoje, em segundo turno. Disse que esse
328 projeto é um dos maiores golpes que a juventude e o povo brasileiro vão sofrer. **Isis**
329 **Tavares/CNTE** referiu que essa crise é também internacional e que inclusive existe um
330 movimento conservador, reacionário, que visa atingir os governos populares da América
331 Latina de uma forma mais contundente. E asseverou: estamos vendo que o Brasil está
332 tentando sair dela e que, segundo nos disse a ministra, a presidenta quer uma maior
333 aproximação com os movimentos sociais, a exemplo como teve com as mulheres que
334 participaram na Marcha das Margaridas, com os sindicalistas e empresariais. Ela tem
335 se empenhado em ampliar um amplo leque e consolidar pactos pela superação da crise
336 junto com governadores/as e prefeitos/as. Ela tem uma agenda nacional e está
337 divulgando o que tem sido feito, o que não é algo simples. Tem trabalhado muito
338 justamente para a superação da crise, viajando por este Brasil afora inaugurando várias
339 obras importantes para a população. No Maranhão foi recebida por milhares de pessoas
340 e pelo governador Flávio que, inclusive, articulou a elaboração da carta dos
341 governadores em seu apoio. Se reuniu com líderes parlamentares do Congresso
342 Nacional, buscando apoio aos projetos que precisam ser votados por eles. E vale
343 destacar também a agenda internacional, em que ela tem buscado a superação da crise,
344 como as viagens ao México, aos EUA, à Rússia, para a Cúpula dos BRICS. Em
345 articulação com o governo da China, assinou vários investimentos que, em maio foi
346 anunciado pelo primeiro ministro. Retomando a agenda nacional, referiu-se ao
347 Programa “Minha Casa, Minha Vida”, colocado também como forma de enfrentamento
348 a essa crise; ao Plano Safra que tem 222 milhões investidos; o PRONAF com 28,9%
349 bilhões destinados para a agricultura familiar. Essas importantes iniciativas são
350 desqualificadas pelos opositores, os quais se utilizam do discurso de ódio que se
351 repercute nos meios de comunicação. Instalou-se um estilo do crescimento do
352 conservadorismo, só para exemplificar, o Presidente licenciado da Eletronuclear Othon
353 Luiz foi preso. Trata-se de um nacionalista, autor do projeto de concepção de ultra
354 centrífugas para enriquecimento de urânio. Ele sempre disse que, para o país crescer,
355 precisamos ter autonomia tecnológica. Então, a prisão dele é simbólica para
356 entendermos o que realmente está em jogo. É tirar de tempo os interesses econômicos
357 dentro do país aqui capitaneados por um grupo de opositoristas que perdeu as
358 eleições e que tinha como objetivo vender a Petrobrás e entregar o Pré-sal para os
359 interesses estrangeiros, os documentos provam isso. É essa a agenda deles e para que
360 passe despercebida pelo povo, vem toda essa misoginia e esse discurso de ódio que
361 grassa no país, Salientou que a Petrobrás é responsável por 80% do PAC e que gera
362 milhares de empregos próprios e indiretos, atualmente tão atacados. Alegou que essas
363 questões políticas precisam ser profundamente debatidas. Lembrou que na década de
364 1947, o povo brasileiro foi para as ruas, gritando “o petróleo é nosso”, e, que a Petrobrás
365 foi uma conquista do povo. Finalizou dizendo que hoje temos que retornar às ruas para
366 defender o crescimento do Brasil. E asseverou: no dia 20, assim como construímos
367 naquela década “o petróleo é nosso”, vamos unir o Brasil em torno da defesa da
368 democracia, dos nossos direitos e contra o golpe. **Silvana Conti/LBL** iniciou dizendo
369 que as nossas duas grandes referências são, o nosso operário que virou presidente e a
370 nossa primeira mulher presidenta e que a direita arquiteta dar um golpe, mas que não
371 conseguirá porque não tem espaço. Eles querem sangrar esse governo para que em
372 2018, Lula não tenha nenhuma possibilidade, por isso a tentativa de criminalizá-lo. O
373 atentado no Instituto Lula é uma demonstração disso. Precisamos estar atentas a esses
374 acontecimentos. Considera importante aprofundar as alianças e também a relação entre
375 os aliados. Concordando com as falas sobre o aumento de tentativas de violências
376 contra as mulheres, lembrou o ocorrido na cidade de São Leopoldo/RS, onde uma
377 mulher teve a amputação das mãos e dos pés, numa tentativa de feminicídio. O agressor
378 queria que ela ficasse completamente dependente dele por toda vida. Em relação as

379 derrotas do PNE, saudou a iniciativa do MEC e sugeriu que essa discussão fosse feita
380 nas conferências municipais e estaduais de educação, por considerar importante
381 adquirir mais acúmulo e apoio da sociedade. Informou que em Porto Alegre, realizou-se
382 a 1ª CPM e que contou com a presença de Linda Goulart/Secretária Executiva/SPM e
383 de Suzy Theodoro/SAIAT. Como conquista conseguiram que o prefeito sancionasse o
384 projeto que trata da implementação da Lei Maria da Penha nos currículos escolares: da
385 educação infantil à todos os níveis e modalidades de ensino, que estava engavetada.
386 Essa conquista resultou da pressão dos movimentos sociais. Disse que através dessa
387 Lei pode-se tratar todas as pautas, como igualdade de gênero, lesbofobia e todas as
388 outras questões. Sugeriu que fosse feita uma *hashtag*: somos todas Dilma, como forma
389 de mobilização à favor da presidenta e sugeriu que todas as mulheres se sentissem
390 fragilizadas, violentadas neste momento em que a presidenta sofre tanta misoginia e
391 concluiu dizendo que precisamos de muito menos violência e muito mais força para
392 continuar a luta. **Schuma**/AMB informou que todas essas questões foram muito
393 discutidas e analisadas na reunião da Coordenação Política do CNDM e que a ministra
394 sintetizou muito bem às nossas preocupações. Com relação às manifestações de rua
395 disse que tem uma parcela da população que vai para a rua desaforada e despolitizada;
396 outra, em menor proporção, ideologicamente reacionária querendo a ditadura e essa
397 gente sabe o que quer; outras tantas perdas. Mas que tem uma multidão que está nas
398 suas casas, e é com essa gente que devemos nos preocupar e a ela nos dirigir. E que
399 é preciso pensarmos em uma estratégia para não perder essas pessoas. Considera que
400 o governo tem perdido a oportunidade de divulgar mais as benfeitorias realizadas, e
401 concordou com a Alessandra/CONTAG e a Rosana/CUT que avaliaram a importância
402 do que representou a Marcha das Margaridas e que com ela tivemos alguns dias de
403 uma aparente calma. Deixou claro que não confia no Congresso Nacional, e, que,
404 portanto, a calma é relativa, porque eles apresentam uma agenda que é mais uma
405 estratégia para colocar novamente o governo e a presidenta Dilma na parede. Na
406 agenda deles tem as questões do pré-sal, da privatização da Petrobrás, o desmonte do
407 SUS, a fusão dos ministérios e várias outras impossíveis do governo e de todos nós
408 aceitarmos. O que nos parece é que a intenção da presidenta é não abraçar essa
409 agenda, mas, obviamente, à medida em que se negar em aceitar o que eles julgam
410 prioridade, eles terão uma desculpa para acirrar as pressões. Não podemos esquecer
411 que o governo tem uma base de apoio bem diferente do início do seu mandato. E é
412 uma base em que tem um grande percentual que navega de acordo com as marés, uma
413 hora pula do barco, outra hora sobe no barco, causando imensa dificuldade para o
414 governo, por isso temos que redobrar a atenção, pois acha que Cunha não vai tombar
415 sem fazer grandes estragos. Concluiu concordando que no dia 20 todas temos que ir
416 para as ruas **Betânia Ávila**/Conselheira de Notório Conhecimento das Questões de
417 Gênero deu as boas-vindas as novas conselheiras e disse que a repetição dos assuntos
418 abordados é necessária, porque acha que a análise de conjuntura também constitui um
419 momento não só de afirmação de posições, mas de disposições, que são justamente as
420 disposições de se manter na luta e se manter na resistência. Saudou o grande
421 acontecimento da recente conjuntura que foi a Marcha das Margaridas, e informou que
422 participou durante os dois dias. Ressaltou a capacidade da marcha em se constituir
423 também como um espaço, uma unidade de movimento de mulheres, evidentemente que
424 o movimento de mulheres do campo democrático popular, também é algo importante
425 porque a capacidade de seguirem juntas e a necessidade de articulação e alianças entre
426 nós é absolutamente estratégica nessa conjuntura, está muito evidente o adversário,
427 mas também a ferocidade dele. Ressaltou que além da marcha das margaridas teremos
428 ainda neste ano três grandes mobilizações: uma dos movimentos sociais (13/08); a
429 Marcha das Mulheres Negras que acontecerá em novembro, e o processo de
430 conferências que reúnem os movimentos de sociedade civil e governos. Então são
431 essas grandes mobilizações que têm que ser potencializados como parte do processo
432 de mobilização de resistência e de conquista desse processo, pois são esses

433 movimentos que têm que “resistir e conquistar”, embora o momento não esteja tão
434 propício para conquistas, não podemos abrir mão da nossa resistência. Falou que o que
435 caracteriza o fascismo é exatamente de que não se trata de uma oposição, não se trata
436 de uma contraposição, não se trata de uma crítica profunda ou de uma divergência
437 profunda, se trata puramente do desejo de destruição das pessoas individualmente, de
438 um partido, dos movimentos sociais e tudo isso na perspectiva de destruir justamente
439 uma perspectiva, um projeto político que nessa correlação de força o PT não tem
440 conseguido avançar o tanto que deveria como partido do governo nacional. Então, é
441 muito difícil um processo de luta e resistência num país onde aqueles que se dizem
442 líderes, os líderes da oposição, não merecem confiança nem no seu posicionamento de
443 direita, porque muda de posição o tempo todo, incitam a violência e não tem
444 compromisso com o país. Diz tratar-se de luta árdua porque no cotidiano ela é muito
445 ameaçadora. E alegou, na época da ditadura o medo vinha do estado repressor; nesse
446 momento, o medo está nos espaços da sociabilidade, isso é uma coisa horrível da
447 característica fascista, quem mora em edifício de classe média sabe o que está falando,
448 quando você sai para as manifestações com uma blusa vermelha, com a identidade do
449 movimento social, você pode ser agredida no elevador do seu prédio. Essa é uma
450 dimensão de violência política da vida cotidiana e a resistência passa a ser em tempo
451 integral, na rua, na hora em que você está junto da coletividade, no cotidiano aonde
452 você vive, trabalha, inclusive, nas relações familiares. **Lourdes Simões/MMM**, referiu
453 que é muito perigoso o momento em que estamos vivendo, no sentido da possibilidade
454 de fechamento de um ciclo no Brasil em que as grandes conquistas das políticas sociais
455 que incluiu várias pessoas que estavam excluídas, pode acabar. Esse acirramento e
456 tentativa de encurralar a presidenta Dilma é para que as políticas sociais não sigam
457 adiante. Lembrou que no dia da reunião com os movimentos sociais a presidenta Dilma
458 fez uma fala muito simbólica: nós estamos num momento em que achamos grandes
459 riquezas no Brasil, e uma das maiores é o Petróleo, o Pré-sal. É uma riqueza finita, mas
460 que precisamos torná-la infinita, investindo na educação. É a educação que dá
461 consciência para o povo brasileiro e através dela mudanças necessárias ocorrerão. E
462 salientou: por isso acho que estamos no fim de um ciclo e no início de outro. A elite tem
463 medo, e é por isso que ela é tão raivosa, porque temos a possibilidade de grandes
464 investimentos e mudar a consciência das pessoas, aprofundar a democracia é dar mais
465 educação para as pessoas saberem decidir, para terem opinião, para saber pelo que
466 lutar. Disse que ainda vamos viver um novo momento, por isso é importante a unidade
467 dos movimentos sociais para retomarmos a pauta que foi vencedora na eleição e
468 fortalecer o governo da Dilma. Concordou com a Matilde e com Bruna que colocaram
469 que é momento para a nova geração que já nasceu com alguns direitos e querem mais
470 direitos e que temos que saber como dialogar com ela. Porque vivemos outro momento,
471 e nesse aspecto, a questão cultural tem um potencial revolucionário para fazer isso.
472 Temos que pensar, pois tem muitos desafios que precisamos ir debatendo, formulando
473 e encontrando alternativas para os enfrentamentos. Informou que é articuladora
474 nacional do grito dos excluídos que acontece no dia 7 de setembro, e que este ano terá
475 como tema: “Que mídia é essa que mente e que mata gente?”. **Alexandre**
476 **Ghisleni/MRE**, alegou que em momentos tão graves da vida do país, falaria sobre
477 conjuntura internacional para dar uma boa notícia, disse que participou de uma reunião
478 nas Nações Unidas e que chegaram a um acordo sobre a agenda de desenvolvimento
479 de 2015, o qual só está pendente de formalização, o que deve acontecer em setembro,
480 numa cúpula, onde espera que a presidenta possa participar. A boa notícia é que
481 conseguimos manter a versão final do documento que constará de um objetivo inteiro
482 sobre o empoderamento da mulher e igualdade de gênero, mais metas transversais
483 sobre questão de gênero em todo o resto da agenda. Reafirmamos Cairo e Beijing e
484 colocamos explicitamente no texto a defesa dos direitos reprodutivos e da saúde sexual
485 e reprodutiva. E completou: é claro que sabemos das limitações do momento,
486 gostaríamos de ter feito mais, mas o fato de termos conseguido consolidar esse

487 patrimônio que já temos e que agora trabalharemos os próximos 15 anos para
488 implementar, é uma agenda de todos os países e das Nações Unidas para o futuro, uma
489 conquista que temos o direito de celebrar. A partir do próximo ano teremos a tarefa de
490 implementar. **Sheila Sabag/RNFS**, informou que o terreno para construção da Casa da
491 Mulher Brasileira já passou pela CCJ da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e já
492 teve o parecer favorável do relator. E que está na Assembleia Legislativa a PLC nº
493 0025/2015 que trata da mudança na Coordenadoria da Mulher, vinculada à Casa Civil
494 A proposta é que vá para a Secretaria da Assistência Social como um “cargo”. Estamos
495 nos mobilizando para que essa mudança não ocorra. Informou também que levaram
496 para a Assembleia “Frente parlamentar de homens pelo fim da violência”, que é
497 coordenada pelo Dep Pedro Baldissera, a Campanha Internacional “*He ou She*”,
498 coordenada pela ONU Mulher e pela SPM. E que aproveitaram para que a frente discuta
499 sobre a importância da criação da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres. A
500 FIESC, outros empreendedores, dentro os quais o atleta XUXA, já aderiram à
501 Campanha He for She. A secretária Rosali/SAIAT informou que iria participar do
502 Lançamento desta Campanha (dia 26/08) e, que aproveitaria para solicitar à ONU
503 Mulher que enviasse uma representação para fortalecer a Campanha e à iniciativa do
504 Conselho Estadual de Santa Catarina pela não unificação das secretarias e pela criação
505 da Secretaria da Mulher. Josanira/AMNB dirigindo-se às novas conselheiras disse que
506 elas chegaram em um bom momento, o da realização das conferências, de forma à
507 fortalecer o Conselho. Reiterou a importância da Marcha das Margaridas, resultado da
508 luta das trabalhadoras rurais. Informou que devido agenda internacional na Colômbia
509 não pôde participar da mesma. E ressaltou os três grandes eventos nacionais elencados
510 por Betânia fortalecerão as agendas das mulheres pela igualdade de direitos,
511 principalmente a Marcha das Mulheres Negras e o processo das conferências. Convidou
512 a todas à participarem da marcha das mulheres negras que luta contra o racismo, a
513 violência e pelo bem viver, a realizar-se em novembro. Disse que o trabalho coletivo faz
514 a diferença, e citou exemplo do dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e
515 Caribenha, realizado no dia 25/07, no estado do Maranhão, onde ocorreram várias
516 ações comunitárias num bairro periférico, além do lançamento da marcha com
517 exposição de Lélia Gonzalez e das múltiplas faces da mulher. **Sarah Luiza/REF** disse
518 que a Marcha das Margaridas trouxe dois importantes aprendizados: o fortalecimento
519 da luta das mulheres e a força do movimento em unificar em pautas comum, além de
520 ter mostrado que temos nossas demandas. Ficou claro que queremos um país com
521 soberania alimentar, com educação não sexista, com direitos sexuais e reprodutivos,
522 com mais participação política e com acesso democrático a esses direitos. Alegou que
523 no processo de construção da marcha foi discutido que temos um governo que tem
524 estrutura pactuada, e que a responsabilidade para o país funcionar bem, não é de
525 exclusiva responsabilidade da presidenta, mas de todos os entes federados em
526 conformidade o pacto federativo, onde municípios e estados têm suas
527 responsabilidades. E alegou: comemoramos hoje o sucesso da marcha, mas ela não
528 acabou; começa agora as conversas nos ministérios para responder os pontos das
529 pautas acordadas. E também divulgarmos algumas respostas e conquistas como, a
530 assinatura do Decreto que reconhece o trabalho das pescadoras; resposta ao crédito
531 fundiário que trata de novas regras, e com relação à violência contra as mulheres rurais,
532 a implantação da Patrulha Maria da Penha. Enfatizou ser importante continuar
533 discutindo o Brasil que queremos, que é possível com o fortalecimento dos movimentos
534 sociais e das mulheres e, sobretudo, do governo que elegemos. Informou que durante
535 a marcha também teve ação internacional com a realização de um seminário
536 internacional com a presença de 16 países que resultou na criação de uma rede
537 “Margaridas do Mundo” e, assim a experiência exitosa da marcha se disseminará em
538 vários países. **Lucia Rincon/UBM** iniciou dizendo: penso que os conservadores
539 aprenderam com algumas instituições milenares a pensar estrategicamente ao longo
540 dos séculos, e nós trabalhamos muito pela resposta do amanhã, e essa correlação de

541 forças que conseguimos alterar no Brasil há dez anos atrás, está construída há 500
542 anos e é uma correlação de luta de classes. Nessa perspectiva, não adianta nos
543 apavorarmos e acharmos que essa crise vai acabar amanhã porque ela pode melhorar.
544 Se melhorar, ela vai voltar e vai se aprofundar, e nós precisamos nos organizar e nos
545 fortalecer para fazer outros enfrentamentos. Nesse sentido, precisamos retomar a
546 discussão da reforma política como bem referiu Betânia; precisamos retomar e
547 aprofundar a reforma na mídia que também está colocada por outros movimentos sem
548 perder a perspectiva que em determinados momentos é preciso abrir mão da luta
549 particular para investir na luta geral. Parabenizou a Alessandra/CONTAG, pela Marcha
550 das Margaridas e informou que fez parte da coordenação. Disse que, em sua opinião, é
551 importante ocupar a mídia com fatos positivos mostrando que se garante a continuidade
552 do projeto, e como os movimentos sociais estão nas ruas pedindo a mudança da política
553 econômica, apoiando a presidenta Dilma e pedindo direitos sindicais que também estão
554 sendo agredidos. Quis saber sobre o que os ministérios estão fazendo e como podem
555 ajudar. Lembrou que o CNDM fez uma nota sobre a questão de gênero e que serviu de
556 ferramenta a vários espaços do Brasil afora e parabenizou a iniciativa do MEC (pela
557 nota tirada), e questionou como pode usar essa ferramenta, de que jeito atingir os
558 vereadores e os deputados dos estados. E concluiu: temos esses instrumentos que
559 retratam uma nova visão que o institucional muitas vezes pode dar resposta e fazer esse
560 enfrentamento melhor do que os movimentos sociais. A ministra **Eleonora**, terminada
561 as intervenções das conselheiras passo à palavra para **Olívia Santana/Secretária da**
562 **Mulher do Estado da Bahia**, e integrante da Comissão Organizadora da 4ª CNPM,
563 convidada à participar dessa reunião. **Olívia Santana** saudando a todas na pessoa da
564 ministra, disse que se sentiu compelida a fazer essa fala porque compreende que é
565 muito importante que discutamos a própria base, que não é essa que está aqui dentro,
566 mas que está nos movimentos sociais, nas regiões mais diversas do país e que sente o
567 impacto da avalanche midiática. Referiu que estamos com um molde que considera
568 muito importante que é o tema da conferência: mais direitos para a mulher, a
569 participação política e o seu empoderamento. Informou que na Bahia realizaram um
570 encontro das mulheres gestoras, para discutir a conferência, e já na abertura chamaram
571 a atenção para a gravidade do quadro da crise política, e que o resultado da discussão
572 foi muito interessante porque muitas mulheres que estavam se sentindo solitárias,
573 ganharam um ânimo e entraram em campo, foram para os seus municípios e marcaram
574 conferências. O número de conferências cresceu depois do debate que tiveram no
575 encontro que organizamos, ou seja, temos que chamar para nós aquilo que é nosso,
576 pois não podemos perder para esse discurso reacionário que a direita vem fazendo no
577 país, não podemos deixar colar essa pecha de que foi o governo do PT que inventou a
578 corrupção no Brasil, ai não adianta fugir do debate da corrupção, disse que não
579 resolveremos esse debate somente capitalizando os êxitos acumulados por esse
580 governo e que vamos ter que meter o dedo na ferida da corrupção e dizer que há
581 tratamentos desiguais. Lembrou a operação Satiagraha que ninguém nunca soube o
582 resultado, está engavetada. Citou o escândalo que houve do metrô de São Paulo e
583 indagou no que deu? Falou das 130 mil de contas em paraísos fiscais que também
584 foram para debaixo do tapete e que a operação lava jato tem um forte viés político
585 mirando na presidenta Dilma. E salientou: querem solapar o mandato de uma mulher e
586 o objetivo é impedir qualquer possibilidade futura, como já foi dito anteriormente,
587 inviabilizar uma possível candidatura de Lula, em 2018. Comentou que a presidenta
588 Dilma tem reagido, mas que essa reação precisa ser ampliada. E alegou que o Dialoga
589 Brasil deveria ter acontecido logo ao término da eleição. Considera que temos que pegar
590 a agenda da conferência no que cabe às mulheres e enfrentar a satanização do conceito
591 de gênero, pois estamos vivendo uma nova inquisição em pleno século XXI, onde se
592 arrebeta com a mulher empoderada que é a presidenta Dilma, o absurdo do Chico
593 Caruso, que no 08 de março postou uma charge que era o Estado Islâmico decapitando
594 a presidenta Dilma. E depois a charge/adesivo que circulou na internet do estupro que

595 é um absurdo. Temos que enfrentar isso, dizendo que Dilma somos todas nós mulheres,
596 e ao mesmo tempo, fazemos esse chamado de que as mulheres entrem na luta política,
597 porque defender o mandato de Dilma não é uma questão particular, mas de todas as
598 mulheres brasileiras. Dando sequência à reunião a ministra **Eleonora** agradeceu a
599 Olívia e passou para os relatos das Câmaras Técnicas, dizendo que em seguida **Linda**
600 **Goulart**/Secretária Executiva informaria sobre a Câmara Técnica Especial do
601 Observatório de Gênero. Tendo em vista a ausência da Presidenta da CT de Legislação
602 e Normas, Isis Tavares que precisou retornar às pressas para o seu estado devido a
603 problemas profissionais, **Cristiane Kondo**/Parto do Princípio fez o relato, conforme
604 **Anexo nº 08**. Na sequência **Lúcia Rincon**/UBM relatou os pontos discutidos nas CTs
605 de Monitoramento do PNPM e de Planejamento e Orçamento, dado que se reuniram
606 conjuntamente, conforme **Anexo nº 09**. **Linda Goulart**/Secretária Executiva solicitou a
607 palavra para informar sobre o orçamento da SPM, passado à CT pela servidora
608 Graça, que deve ter dito serem insuficientes os 133 milhões, devido ao corte que atingiu
609 a SPM. E alegou: fizemos um levantamento de quanto precisaríamos para 2016 para
610 finalizar a construção, equipar e garantir a manutenção de seis Casas da Mulher
611 Brasileira, além da construção de dois centros de fronteiras, pois fazemos convênios
612 com os estados e/ou com municípios. Referiu que a ministra Eleonora já solicitou ao
613 ministro Nelson Barbosa/MPOG uma complementação da LOA, para o próximo ano e
614 solicitou uma reunião na SOF. Dos 133 milhões do orçamento deste ano tivemos o
615 segundo corte, como todos os outros ministérios e hoje nosso orçamento é de apenas
616 109 milhões. O que nos levou a fazer uma série de ajustes internos. Informou que estão
617 garantidas a realização da conferência e as construções das casas previstas para
618 serem inauguradas até o primeiro semestre do ano que vem. Estão garantidos, também,
619 os principais programas das três áreas finalísticas. Avisou que não serão abertas
620 chamadas para convênios, porque não há recursos para isso. Questionada sobre o que
621 a conselheiras poderiam fazer, disse que poderiam fazer pressão junto aos Deputados
622 (as) e Senadores/as, para fazerem emenda impositiva para garantir aumento de nossos
623 recursos. A ministra **Eleonora** informou que a capacitação de promotoras legais das
624 dez mil mulheres do campo, a SPM já garantiu o recurso e é quem vai geri-lo, e que já
625 está no PRONATEC. Reforçou a fala da Linda dizendo: precisamos de emendas
626 impositivas que são aquelas que não podem ser desviadas para outros fins, como por
627 exemplo, se recebemos “x” para construir uma casa da mulher brasileira, temos que dar
628 esta destinação. Alegou que as/os deputadas/os têm sido muito parceiros e informou:
629 tivemos emendas impositivas para as unidades móveis, principalmente da Deputada
630 Jandira Feghali, além de outras para as áreas finalísticas. Então, é interessante que
631 vocês conversem com as três secretárias da SEV, SAIAT e SAE para maior
632 conhecimento das destinações dessas emendas. **Linda Goulart**/Secretária Executiva
633 completou dizendo que estamos buscando recursos de outras fontes e a ministra iniciou
634 conversações com o BNDES, com o Banco Mundial e é bem possível que tenhamos
635 recursos a fundo perdido do BNDES para várias iniciativas. Informou que pedimos ao
636 Tesouro, ao Ministro Nelson Barbosa, 220 milhões a mais. A ministra **Eleonora**
637 comentou que a parceria com o MCTI é raríssima, porque os outros ministérios não têm
638 dinheiro. Falou da parceria com o MS e sobre a reivindicação da SPM e do movimento
639 de mulheres feministas que é divulgar no site da SPM a lista dos hospitais que fazem
640 atendimento às mulheres em situação de violência com indicação de interrupção da
641 gravidez, nos casos previstos em lei e as que têm indicação de receber a contracepção
642 de emergência. A outra reivindicação, passar o monitoramento e o controle das ações
643 do PNAISM para a SPM, o que constituirá em um grande avanço da parceria com o MS.
644 **Magaly Marques**/Casa Civil/ PR sobre o relato das CT's sugeriu que na próxima reunião
645 as integrantes tenham tempo para elaborar o que vai ser apresentado no Pleno e,
646 quando houvesse indicação de alguma nota que fosse discutida e elaborada
647 previamente. Informou que a conselheira Sueli/FENATRAD fez uma fala na reunião da
648 CT de Legislação e Normas e que foi esquecido no relato e pediu à ministra para que

649 ela se colocasse, no que foi concedida. **Sueli/FENATRAD** justificou que não pôde estar
650 presente na última reunião do CNDM, por questões pessoais e em decorrência, não
651 pôde comemorar a vitória que as trabalhadoras domésticas que no CNDM, são
652 representadas por ela. Alegou que na Constituição de 1988 foi assegurado direitos a
653 vários trabalhadores, exceto ao trabalhador doméstico e que hoje, para alegria da sua
654 categoria, quase todos os direitos estão igualados, resultado de uma formação de força
655 entre vários segmentos trabalhistas, como a CUT e companheiras da Marcha das
656 Margaridas e de parte do governo federal, como a SPM e a SEPPIR. Informou que
657 tiveram uma reunião ampliada da FENATRAD com o Conselho Nacional das
658 trabalhadoras domésticas, onde fizeram uma avaliação de todas as conquistas e viram
659 que é a única categoria do sindicato que não tem imposto sindical, mas que precisam
660 se manter, daí decidiram solicitar uma audiência com o ministro da Secretaria Geral da
661 PR, a qual já se realizou no dia 11/08 com a presença do seu assessor José Feijó que
662 nos orientou que a reivindicação fosse incluída na lista do “super simples”. Terminou
663 dizendo que, como representante das trabalhadoras domésticas, reivindica também a
664 igualdade de direito ao imposto sindical. **Lourdes Simões/MMM** que preside a CT de
665 Assuntos Internacionais, antes do relato disse concordar com a sugestão da conselheira
666 Magaly, fez o relato, conforme o **Anexo nº 10**. Em seguida **Linda Goulart/Secretária**
667 Executiva informou que na reunião de Santo Domingo, saiu uma decisão importante
668 para o Brasil: uma proposta que a ONU Mulher fez, por meio da Diretora Regional da
669 ONU Mulher da América Latina e do Caribe. A ONU Mulher e a CEPAL vão organizar
670 em conjunto as reuniões preparatórias para a CSW que se realizará em março de 2016,
671 tendo o Brasil na presidência do evento, em Brasília, nos dias 16 e 17/11, justamente
672 para coincidir com a véspera da Marcha das Mulheres Negras, que poderá contar com
673 a presença da diretora geral da ONU Mulher. Em seguida falou da proposta de avaliar
674 se a CT Especial de Caráter Provisório do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero
675 da SPM, que foi aprovada pelo Conselho no ano passado, deveria continuar existindo
676 ou não, porque a dificuldade de reunir essa CT é gigantesca, tendo havido poucas
677 reuniões por falta de quórum. Ponderou que a equipe do Observatório fica frustrada,
678 pois se coloca à disposição para participar e discutir, o que acaba não
679 acontecendo. Avisou que Rachel Moreno/RMM enviou uma nota propondo que com a
680 próxima Conferência Nacional, a produção do Observatório, seria a fonte mais
681 organizada de balanço das práticas públicas, mas informou que isso não depende de a
682 CT funcionar ou não, porque o Observatório já fez uma série de estudos, até a pedido
683 da Coordenação da Conferência, para mandar para os estados e municípios. Propôs
684 uma discussão do Pleno sobre a avaliação se é válido manter essa Câmara. A ministra
685 **Eleonora** concordou com a exposição da Linda, e acha que a CTE do Observatório de
686 Gênero cumpriu precariamente o seu objetivo, por ser provisória pode ser
687 temporariamente suspensa, até que seja necessário reativá-la, ficando assim definida
688 dado que não houve posições contrárias. **Rosa de Lourdes/CNDM** informou que a
689 SEPPIR está sem representação (titular e suplente) no CNDM, e, aproveitou para
690 agradecer às conselheiras governamentais que mantêm presença permanente nas CTs,
691 informando das vagas existentes, uma em cada uma das CTs: de Planejamento e
692 Orçamento e de Assuntos Internacionais. **Linda Goulart/Secretária Executiva** informou
693 que, em colaboração com a SEPPIR, o Observatório, está conduzindo internamente um
694 projeto de um sistema de informação, pelo qual poderemos ter um retrato da mulher
695 brasileira, com informações sobre cada estado e município. Falou que o secretário
696 executivo da SEPPIR mostrou dois sistemas, o que acompanha o Brasil Quilombola e
697 Juventude Viva, e o outro é o CONAPIR. Reconheceu o espírito de colaboração, de
698 parceria e de cooperação da SEPPIR, porque economizaremos recursos e tempo para
699 termos o sistema na SPM, e ao mesmo tempo compartilharemos o banco de dados com
700 eles. Propôs que, no café, aproveitássemos para brindar a ministra que no dia 21 fará
701 aniversário. **Dia 19/08** a ministra **Eleonora** deu início à reunião informando sobre os
702 pontos de pauta: discussão sobre pacto federativo, pela conselheira Betânia e

703 apresentação e discussão do 4º Eixo da 4ª CNPM, pela servidora Eliana/SAIAT. **Betânia**
704 **Ávila**/Conselheira de Notório Conhecimento das Questões de Gênero, iniciou dizendo
705 que na reunião da Coordenação Política do CNDM foi observado que seria importante
706 discutirmos sobre pacto federativo, à medida que sua compreensão é fundamental no
707 sentido da construção de estratégias antes, durante e depois da conferência, na
708 perspectiva da reivindicação das demandas a partir de processos de cooperação
709 visando a implementação de políticas para as mulheres. Salientou que o pacto
710 federativo, é uma pactuação, um acordo constituído em regras pactuadas sobre a
711 organização do estado brasileiro nos três entes federativos: a União, os Estados e os
712 Municípios. O pacto define, a cada um dos entes, suas atribuições e responsabilidades.
713 Define também o que cabe a cada um como arrecadador de recursos através de
714 impostos. Referiu que tem determinadas responsabilidades que cabe à União a
715 prerrogativa de recolher impostos, como por exemplo o IR e o IPI, que são da
716 incumbência do nível Federal, porque tanto recolhe como redistribui. A redistribuição
717 está definida por percentuais. Ao Estado cabe não só responsabilidades mas também
718 recolhimento de impostos, como o ICMS e o IPVA, e, inclusive, quando vemos a
719 discussão sobre a “guerra fiscal” entre os Estados, é tudo decorrente dessa autonomia
720 em relação a cobrança de determinados impostos. Os municípios também têm impostos
721 próprios como o ISS e o IPTU. Existem, portanto, responsabilidades diferenciadas de
722 acordo com as competências de cada ente federado, mas na tradição brasileira há uma
723 focalização na União como o único responsável por recolhimentos, pela implantação de
724 todos os níveis do processo de implantação de política pública, isso é muito evidente na
725 forma inclusive de expressão dos próprios movimentos e nas conferências, pois vemos
726 que cobram ações que é de responsabilidade ou dos municípios ou dos estados como
727 sendo de responsabilidade exclusiva da União. A proposta do pacto é de
728 descentralização do estado, portanto, uma proposta de democratização do estado
729 brasileiro e que não se refere apenas ao poder executivo, como sabemos, o legislativo
730 também tem suas instâncias, com grau de responsabilidades diferenciadas e cabe ao
731 Congresso Nacional determinar a criação de leis e de definição para todo o país. Nos
732 Estados tem as assembleias legislativas que definem suas leis no plano estadual e as
733 Câmaras de Vereadores são responsáveis pelas Leis Orgânicas no Município, então,
734 assim como o Poder Judiciário também está distribuído entre os três níveis da
735 Federação. Mencionou que ao longo desses trinta e poucos anos pós Constituição
736 aconteceram mudanças, tanto projetos de emendas constitucionais, como a criação de
737 novos impostos, como por exemplo, o Pré-sal, em que existe a definição de recursos
738 para a educação e para a saúde, esses recursos como foi a CPMF não estão nas regras
739 definidas pelo pacto, então, toda vez que novos tributos ou novas fontes de recursos
740 são definidas, elas implicam num processo político de redefinição de como será a
741 distribuição, e temos recente na lembrança o que foi a luta no Congresso sobre o recurso
742 do Pré-sal, então, existe também uma redefinição ou criação de novas fontes de
743 recursos públicos, que passa por outro processo. Citou que uma coisa importante no
744 SUS, é que a operacionalização, a entrega do serviço é de responsabilidade dos
745 municípios, assim como o sistema de educação que segue a mesma trilha do SUS e do
746 SUAS, em que é também de competência do estado. Tomou o SUS como exemplo
747 dizendo: o governo federal tem mais recursos, mas quando uma verba é destinada, por
748 exemplo, para a saúde reprodutiva das mulheres, essa verba fica condicionado a uma
749 série de procedimentos, que muitas vezes o estado não cumpre. E se o estado recebe
750 e distribui insumos para a operacionalização dos serviços e os municípios não os
751 distribuem e nem prestam contas tornam-se inadimplente e legalmente interditados,
752 portanto, impossibilitados de receberem novos recursos. O importante nessa discussão
753 é a compreensão do processo de responsabilização partilhada entre os três entes
754 federados e as exigências legais existentes na captação e distribuição dos recursos.
755 Com as reformas dos anos 1990, foram criadas as Leis da OSCIP e OS que abriam
756 caminho para a privatização do SUS. Finalizou com o PPA como outro exemplo dizendo:

757 ele é elaborado nas esferas federal, estaduais e municipais com definições de
758 atribuições específicas a cada um dos entes, diretamente vinculadas ao pacto
759 federativo. A ministra **Eleonora** agradeceu à Betânia e abriu o debate. **Rosane/CUT**
760 sugeriu que alguém do governo ajudasse nesse debate, porque quando se discute com
761 os estados e municípios sobre a implementação de políticas públicas, vem o argumento
762 da responsabilidade fiscal. Mesmo com adesão ao pacto federativo, muitas vezes os
763 municípios dizem que não podem cumprir devido a esse impedimento. **Alessandra**
764 **Lunas/CONTAG** anunciou que recebeu mensagem dizendo que os mandantes do
765 assassinato da companheira do Amazonas, acabaram de ser presos. Falou que o grito
766 das Margaridas e o processo todo chamou muito a atenção, inclusive, uma mobilização
767 forte do governo do estado, resultando nas prisões. Alegou que as Margaridas foram
768 ousadas em pedir a revisão do pacto federativo, no que diz respeito ao enfrentamento
769 à violência contra as mulheres, para funcionamento das unidades móveis de
770 enfrentamento à violência no campo e na floresta. Isso significa que temos elementos
771 de sobra para revermos as definições do pactos federativos. **Antônia Salgado/MAMA**
772 informou que na reunião das CTs de Monitoramento do PNPM e de Planejamento e
773 Orçamento foi colocado a preocupação sobre o pacto de enfrentamento à violência das
774 mulheres, por não ter claro a forma como são feitos os convênios com os estados, qual
775 o repasse do governo federal e quais são as responsabilidades do governo estadual,
776 para que possamos realizar o controle social. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal,
777 a ministra **Eleonora** se referiu à Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000, que
778 estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão
779 fiscal e dá outras providências que tem amparo no Capítulo II do Título VI da
780 Constituição Federal. A Lei complementar disporá sobre: I- finanças públicas; II- dívida
781 pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades
782 controladas pelo poder público; III- concessão de garantias pelas entidades públicas;
783 IV- emissão e resgate de títulos da dívida pública; V- fiscalização das instituições
784 financeiras; VI- operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos
785 Estados, do Distrito Federal e dos municípios; VII- compatibilização das funções das
786 instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições
787 operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional”. Saliou que é preciso
788 empoderarmos no conhecimento das leis para, quando necessário, tentarmos alterar
789 aquilo que nos diz respeito, pois quem atua no controle social tem que entender as leis
790 e suas aplicações para saber cobrar dos gestores municipais e estaduais e informou
791 que o pacto federativo deu base para o pacto de enfrentamento à violência contra as
792 mulheres. E concluiu dizendo: em síntese a irresponsabilidade fiscal, é um gasto além
793 do limite arrecadado pelos entes federados. **Linda Goulart/Secretária Executiva**
794 informou que houve nas CTs, um questionamento sobre o fato da Casa da Mulher
795 Brasileira no DF estar com baixa frequência. Informou que a uns três meses antes da
796 inauguração da Casa foi repassado a primeira parcela de dez milhões, para que se
797 fizesse as licitações, e a última informação que tivemos na semana passada é que o
798 processo não tinha sido ainda aberto. Então, deslocamos uma recepcionista para
799 garantir uma cobertura mínima no atendimento às mulheres. E comentou: não estamos
800 divulgando a casa, porque lá está faltando a equipe de profissionais, um dos problemas
801 do pacto estabelecido e para o funcionamento adequado dependerá do controle social.
802 **Laisy Moriére/Secretária de Mulheres do PT**, referindo-se ao pacto federativo alegou
803 que nem sempre as pessoas conhecem a realidade dos municípios. No Brasil são mais
804 de 5.570 municípios, dos quais mais de 80% tem menos de dez mil habitantes e se
805 pegarmos esses 80%, vamos chegar em um número em torno de 60 ou 70% que tem
806 menos de 5 mil habitantes. Essas prefeituras vivem de repasse do fundo que distribui
807 os impostos, não tem nenhuma política de arrecadação de impostos, não existe IPTU,
808 ISS, não existem taxas e, que, portanto, não adianta cobrar do prefeito uma DEAM, pois
809 ele não tem como pagar a delegacia e outros funcionários, nem a manutenção da
810 estrutura, mesmo porque o estado não coloca polícia. Do ponto de vista da lei de

811 responsabilidade fiscal chamou a atenção para o endividamento da maioria dos
812 prefeitos da última gestão que está inadimplente, por ter estourado os 60% da
813 arrecadação dos impostos para pagar o pessoal e sem pessoal não tem trabalho social,
814 não tem nenhum atendimento. Informou que o governo federal tem uma chefia de
815 assuntos federativos e sugeriu que as conselheiras conhecessem um pouco de como o
816 governo trabalha essa questão junto aos estados e municípios. **Betânia**
817 **Ávila**/Conselheira de Notório Conhecimento, sobre questão dos municípios, alegou que
818 há os de tamanho e tradições totalmente diferentes, há os mais importantes em
819 determinadas capitais e outros pequenos, praticamente vilas, e lembrou que há uma
820 centralização da operacionalização da gestão dos municípios e é essa contradição com
821 a distribuição dos recursos que cabe à União, a parte substancial, como o IPI e IR. Falou
822 que os municípios também têm um grau de responsabilidade, mas que há também uma
823 luta enorme de poder e de responsabilidades, inclusive na criação de municípios, porque
824 existem municípios sem a mínima capacidade de infraestrutura e, conseqüentemente,
825 sem nenhuma capacidade de arrecadação, resultado de uma luta política para criar o
826 que era impossível ser criado. Esse municípios, apesar de todas as dificuldades,
827 representam uma redistribuição de poder para partidos e indivíduos. Vemos como
828 problemático que os municípios aumentem o número de número de seus vereadores
829 por aumentar despesas. Ressaltou que um dos grandes problemas do conflito dos
830 municípios com os estados e com a União é o endividamento, a renegociação desse
831 endividamento porque ele fecha a porta não só para o gestor, mas para o município ou
832 estado acessarem os recursos e lembrou que em 2000, a lei da responsabilidade fiscal
833 que restringe a contratação de recursos humanos, restringe o concurso público e abre
834 a possibilidade das OSCIPs e das OS e, como ficam incapacitados de contratar recursos
835 humanos, privatiza-se e terceiriza-se os serviços. **Tatau Godinho**/SAE, sobre a Lei de
836 Responsabilidade Fiscal disse que ela foi criada para regulamentar gastos
837 desequilibrados das três esferas do governo e o fundamental que a rege é a restrição
838 de pessoal e o endividamento, dentro de uma lógica de redução do papel do Estado.
839 Ela foi criada num processo de uma política bastante forte de questionamento do serviço
840 público, do poder público e do papel do Estado, o que faz com que seu próprio nome
841 nos coloque em uma posição desconfortável para dizer que ela tem problema, porque
842 parece que nós somos irresponsáveis fiscais que queremos gastar o dinheiro público sem
843 critério e sem controle. Enfatizou ser muito importante prestarmos atenção na forma em
844 que essa discussão é feita, porque se é correto termos mecanismos claros de legislação
845 para regular e controlar a forma do gasto público, esses mecanismos são aplicados de
846 acordo com a lógica da visão de Estado. Referiu que para as gestoras e representantes
847 dos movimentos de mulheres que lidam com a atuação dos poderes públicos, é
848 fundamental focar na primeira questão que trata do endividamento, pois é correto limitar
849 o endividamento para evitarmos que tenhamos um tipo de gasto que quebra o município,
850 o estado ou a união, sobretudo em momentos de disputa eleitoral. Essa Lei é importante
851 também para evitarmos que a aplicação dos recursos não siga caminhos ilegais, como
852 os percentuais para a educação. Citou o exemplo de São Paulo onde trabalhou uma
853 época com o orçamento público e a questão do PPA, o governo do estado queria colocar
854 como gasto da educação, o gasto de alimentação dos presidiários, no que tivemos que
855 brigar. Ressaltou que orçamento público não é o orçamento doméstico, as regras são
856 completamente diferentes. No orçamento público há questões com a arrecadação.
857 Nesse sentido, as representantes dos movimentos de mulheres que, muitas vezes, têm
858 o hábito de ao propor políticas de isenção fiscal, mas precisam saber que quem não
859 arrecada não executa. Claro que isso pode ser uma coisa muito menor do que grandes
860 isenções que também atendem a interesses diferenciados e uma parte importante da
861 não arrecadação dos municípios, em parte a divisão tributária do país, mas em parte
862 também os municípios não querem criar políticas de arrecadação. E comentou: a
863 prefeitura nunca conseguiu aprovar uma taxa que existe em Brasília, a de coleta de
864 resíduos sólidos, chamada “taxa do lixo”; os vereadores contrários à proposta

865 conseguiram provar que era inconstitucional. Então, era inconstitucional em São Paulo
866 e constitucional em Brasília. Isso mostra que tem disputa nas definições do mecanismo
867 de arrecadação. O exemplo é simples, mas mostra que a disputa pela arrecadação
868 pública faz parte de uma disputa da visão do estado que queiramos ter, e nos tempos
869 de hoje que temos uma pressão forte para reduzir arrecadação, vemos pessoas com
870 postura progressista e de esquerda embarcando nesse mesmo discurso de que o Brasil
871 é o lugar que mais paga imposto no mundo, o que é mentira, pois em qualquer país da
872 Europa paga-se muito mais impostos do que no Brasil, desde o imposto de renda ao
873 imposto sobre propriedade, sob transmissão de riqueza, sobre serviços, no entanto,
874 aceitamos uma ideologia que no final das contas é para reduzir o papel do Estado. **Lucia**
875 **Rincon/UBM** alou que temos que nos referenciar na lei existente na Constituição, mas
876 temos que superá-las, porque são leis de um outro projeto que a Tatau resgatou. Disse
877 que para pensarem em um novo pacto federativo teremos que ousar, pensar nas
878 mudanças necessárias para que ele se implante. E nesse sentido precisamos pensar
879 numa nova formatação do papel do controle social, assim como está sendo feito em
880 nível federal. Referiu que a ministra colocou com precisão a questão dos convênios, e
881 citou uma experiência em Goiás. Trata-se da estruturação da SEMIRA coordenada pela
882 secretária estadual Denise Carvalho conhecida de muitas feministas militantes. Ela fez
883 uma proposta objetiva de um sistema estadual de convênios com os municípios e com
884 projetos do governo federal centralizados no centro de referência que articula
885 diagnóstico, formação e estudos. E disse: para que os pequenos municípios tenham
886 acesso é preciso ter conselho municipal da mulher. Informou que Denise está
887 escrevendo a respeito e avalia como um bom ponto de partida, tendo em vista se tratar
888 de uma experiência sistematizada e ela está à disposição para discutir conosco e ir nos
889 estados para falar sobre esse trabalho. Nesse processo a questão dos conselhos e do
890 controle social precisa estar incorporado como critério para que possamos de fato
891 avançar nesse novo formato de organização estatal. Finalizada as inscrições, a ministra
892 **Eleonora** agradeceu à Betânia por ter trazido para o debate questões relevantes sobre
893 pacto federativo, motivando a todas. Na sequência, passou para a apresentação do
894 projeto de implementação do Sistema de Informação da SEPPIR na SPM, agradecendo
895 pela colaboração da SEPPIR. **Camila Firmino/Observatório de Gênero/SPM**, iniciou
896 dizendo: estamos na fase do piloto e colocamos esses dados como exemplo do que
897 estamos pensando, mas a ideia é expandir e colocar o maior número possível de
898 informações relevantes (Apresentação – **Anexo nº 11**). **Linda Goulart/Secretária**
899 **Executiva** complementou: esse é o piloto inicial, estamos fazendo adaptação do banco
900 de dados e estamos contando com a cooperação do BID, pois o consultor que montou
901 o sistema da SEPPIR está no BID. **Ludmila/MCTI** informou que iniciaram um trabalho
902 sobre a questão de gênero no MCTI e, que, estão realizando um levantamento de dados
903 sobre mulheres na ciência. Disse se tratar de um grande trabalho envolvendo o grupo
904 de pesquisa do CNPq, desenvolvido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e
905 que será colocado à disposição da SPM. Informou também que estão desenvolvendo
906 uma série de ações internas para maior inclusão e incentivo das meninas pela ciência.
907 A ministra **Eleonora** agradeceu à Camilia e disse que ela cumpriu com o objetivo
908 esperado e passou à palavra para **Eliana Graça/SAIAT** para expôs o Eixo 4 da 4ª CNPM
909 que trata do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres. Ela iniciou esclarecendo
910 que a SPM abriu o processo de discussão sobre a possibilidade de criação do referido
911 sistema e, que em decorrência, foi incluído como um dos eixos da 4ª CNPM, com a
912 finalidade colher subsídios e recomendações as participantes das conferências das três
913 esferas da federação na perspectiva de sua criação. E comentou: a equipe da
914 SPM/SAIAT que elaborou a proposta no texto base da 4ª CNPM, acredita que a criação
915 do sistema servirá como instrumento valioso de aperfeiçoamento e fortalecimento das
916 estruturas e ações já existentes conquistadas nos últimos doze anos de existência da
917 SPM. Salientou que após a realização da 4ª CNPM, uma equipe da SPM se debruçará
918 sobre as contribuições aprovadas para laborar uma proposta do sistema para dar

919 andamento aos trâmites legais. E referiu: com a consolidação do sistema
920 conquistaremos um mecanismo forte de articulação entre os entes federados permitindo
921 maior participação nas decisões e efetivação das ações governamentais dirigidas às
922 mulheres. Permitirá também maior participação, monitoramento e controle social dos
923 programas e ações executados, pois um sistema apoiado por um fundo específico que
924 financie as políticas para as mulheres por meio de acordos e pactos, agilizará a atuação
925 governamental e o compromisso de estados e municípios na plena implementação do
926 PNPM. Nesse sentido, reiterou a importância do debate no processo da 4ª CNPM, em
927 todas as suas etapas, como sendo fundamental para a SPM avançar na implementação
928 de políticas para as mulheres rumo a garantia dos seus direitos e à igualdade de gênero
929 (**Anexo nº 12**). A ministra **Eleonora** agradeceu a Eliana e abriu as inscrições para o
930 debate. **Rosali Scalabrin/SAIAT** salientou que o processo de construção desse sistema
931 nasceu da ideia de se institucionalizar o PNPM transformando-se em uma política de
932 estado e não de governo, e que se trata de uma antiga discussão do movimento de
933 mulheres, do CNDM e da SPM, portanto, uma importante decisão da ministra e do
934 CNDM de pôr essa temática em discussão nas conferências. Há que ser considerado
935 que além do esforço de se criar o sistema, a questão da designação dos fundos que
936 pensando realisticamente não conseguiremos com esse congresso, a exemplo da não
937 reforma política. É, pois, necessário que construamos estratégias políticas que
938 envolvam o CNDM, o fórum de mulheres de partidos políticos e a bancada feminina na
939 perspectiva da criação do sistema com fundo a fundo. Se criarmos esse fundo num
940 momento conjuntural que estamos vivendo com o Congresso, seria um sonho
941 realizado. reconheceu ser difícil, mas não impossível, dizendo: vamos lutar para
942 conseguir, e salientou que um dos grandes problemas são os poucos recursos dos
943 municípios e de alguns estados. E comentou: é cada vez mais difícil executar uma boa
944 política via SINCOV, imaginem se alcançarmos os mais de cinco mil municípios com
945 OPMS, sem contar as ONGs e com as emendas parlamentares para outros convênios,
946 teríamos que contar com uma estrutura de ministério para gerir os convênios, pois cada
947 convênio requer uma equipe para gerir os recursos. Agora, com o sistema de fundo a
948 fundo o processo se simplificaria e não teríamos dificuldades para acompanhar a
949 execução dos convênios junto aos municípios e estados, no que resultaria em uma
950 melhor qualidade e maior controle social. Nisso, alegou: temos vários argumentos para
951 defender a criação desse sistema que será o ponto alto de discussão na 4ª CNPM. E
952 concluiu dizendo: é possível que tenhamos dificuldades para aprová-lo, mas podemos
953 fazer em etapas e se for preciso colheremos assinaturas para criarmos um projeto de
954 iniciativa popular. Devemos, pois, encarar esse desafio. **Jeanete Mazzeiro/FMM**
955 agradeceu pelas explicações sobre o sistema de políticas para as mulheres, pois
956 sanaram suas dúvidas. Contou que na conferência estadual de MG, quando abordaram
957 esse eixo, as gestoras questionaram o que era e como seria encaixado na conferência.
958 Informou que iria levar essas informações para apresentar na reunião da coordenação
959 estadual para as delegadas se prepararem para o debate na 4ª CNPM. **Terezinha**
960 **Gonçalves/SPM** falou que a questão do sistema é irreversível porque não
961 sobreviveremos daqui há algum tempo sem ele porque todos os outros órgãos estão
962 fazendo e nós estaremos isoladas e sem interlocução para gerir a política. Concordou
963 ser necessário o fundo, mas que pode ser em um segundo momento, porque senão
964 ficamos emparedadas na discussão política infundável, temos a conjuntura que todos
965 concordam que é inegavelmente ruim para nós e um Congresso conservador. Falou que
966 acredita que a questão mais difícil na hora de fazer o sistema, não é o fundo, porque o
967 fundo é a consequência da política, do jeito que fazemos a política, o mais complexo
968 para a SPM é o desenho do sistema em si, porque a SPM foi criada como um órgão
969 diferente da SDH e da SEPPIR, um órgão dirigido a público e não dirigida pela política,
970 por isso a política não foi institucionalizada; quando falamos políticas para as mulheres
971 não é uma política, é um feixe de políticas e vemos isso no desdobramento da nossa
972 gestão, quando dependemos muito mais dos outros órgãos. Alegou que pesquisou

973 sobre o porquê não existir uma política institucionalizada para as mulheres, para a
974 igualdade racial como dizem os próprios órgãos e lembrou de uma questão que a Tereza
975 falou que nossas políticas já existem é só juntar, pensou que é por isso que nos
976 emparedamos dentro da SPM, na questão do enfrentamento da violência contra a
977 mulher, porque é exatamente a única política que executamos, temos dentro da nossa
978 estrutura essa política, temos um pacto, temos uma série de instrumentos federativos
979 dentro da SPM em relação a violência, temos dentro da ideia da própria criação da SPM
980 a ideia de que nós temos políticas para as mulheres, várias políticas, como vai desenhar
981 um sistema que não tem uma política fio condutor do sistema, por exemplo, a saúde e
982 a educação tem sistemas, como também a SEPPIR que tem a política nacional da
983 igualdade racial que não é só para negros/as, é uma secretaria de política de promoção
984 da igualdade racial, a política é uma ideia, a política não pode ser uma coisa dirigida a
985 um público é um conjunto de ações que formam isso, nós não temos isso. Lembrou que
986 a política de igualdade racial é anterior ao estatuto, ela foi criada no dia 20/11/2003, no
987 primeiro mandato do governo do Presidente Lula, foi a política que fez com que o
988 estatuto surgisse. O estatuto é uma derivação da política, esse é o maior desafio para
989 nós, mais que o fundo, porque o fundo é a articulação política de arregimentar forças e
990 disputar. Concordou com todas que falaram que deveríamos criar um GT, uma portaria
991 mesmo para as pessoas trabalharem com tranquilidade junto aos entes federados.
992 Concluiu dizendo: entendo que o sistema que estamos discutindo é de articulação de
993 políticas, o que nesse aspecto é muito parecido com o da SEPPIR. **Olívia**
994 **Santana**/Gestora da SPM-BA informou da rica discussão sobre pacto federativo
995 ocorrida na Conferência Nacional de Educação, e, que, até hoje, tanto a educação como
996 a saúde não conseguiram garantir que o pacto federativo se realize no Brasil, e que
997 somente com a EC nº 59 de 2009 se garantiu a concepção do que seria o regime de
998 colaboração da união, estado e município para educação, porque tem uma declaração
999 que na prática acaba não se realizando. Disse que na conferência foi dado um salto
1000 enorme conseguindo pactuar o conceito que foi para o último PNE. Sobre o sistema de
1001 política para mulheres alegou que o primeiro passo a ser dado seria sistematizar todas
1002 as ações realizadas até hoje. E comentou: o que já fizemos neste país, ainda é pouco
1003 para o fosso o qual tínhamos, mas já produzimos bastante. Vê o sistema como uma
1004 sistematização do que há de políticas públicas para mulheres no Brasil enfrentando a
1005 desigualdade de gênero. E acrescentou: temos que dar um formato a tudo que já
1006 realizamos e pretendemos realizar. A construção desse sistema precisa dialogar com o
1007 sistema nacional da SEPPIR, como também da Cultura que não conseguiu o fundo, nem
1008 os dois por cento, mas as lutas vão acontecendo simultaneamente, pois o fundo é a
1009 ideia-força que impulsionará a luta por esta conquista. E completou: quando
1010 conseguirmos aprovar o fundo de violência vai ajudar muito, porque ele será incorporado
1011 no sistema. Temos que investir em política de autonomia, enfim, vamos ganhando e
1012 juntando os recursos, mas para isso é importante a criação de um GT para pensar mais
1013 e chegar na 4ª CNPM com acúmulo, inclusive com as contribuições vindas dos estados,
1014 vamos preparando as delegadas, maturando para também não criar uma expectativa
1015 de que a conferência vai desaguar no fundo das políticas, pois o que todo mundo quer
1016 é dinheiro para desenvolver políticas para as mulheres. **Eunice Cruz**/BPW Brasil falou
1017 que Terezinha trouxe respostas para uma grande inquietação que temos nessa
1018 temática, e disse que essa discussão deu argumentos para debater com os prefeitos.
1019 Lembrou que em relação a esse sistema, que não se esquecessem das dificuldades
1020 que tiveram para criar outros, e deu exemplo de que veio à Brasília várias vezes para
1021 conseguir que o prefeito da sua cidade em Presidente Prudente colocasse o fundo
1022 municipal de saúde, porque eles são totalmente contra e não querem deixar as verbas
1023 direcionadas aos seus públicos. Sugeriu que todas levassem uma mensagem positiva
1024 nas conferências. A ministra **Eleonora** pontuou cinco questões. Primeira: não há
1025 possibilidade política e legal de ampliar o fundo para o enfrentamento a violência contra
1026 as mulheres porque ele sai da Lei Maria da Penha. Ele foi criado a partir da CPMI da

1027 violência, e referiu: nós e a bancada feminina estamos negociando para que o PL de
1028 criação do fundo vá para votação em plenário, pois já existe o apoio dos líderes. É
1029 preciso existir vontade política do presidente da casa para colocá-lo em votação.
1030 Solicitou que não levassem essa discussão para as conferências porque porque existe
1031 um pacto com a CPMI da violência. Ele será para o enfrentamento da violência contra
1032 as mulheres. Segunda: é necessário distinguirmos que a SEPPIR é uma Secretaria de
1033 Políticas de Promoção da Igualdade Racial temática, a SDH é também temática, porém
1034 a SPM não é temática, somos 52% da população e é por isso que complica a situação.
1035 Quando se criou políticas públicas para as mulheres, foi para mostrar que existe
1036 diferença. Sobre a questão do PNE com relação à questão de gênero disse: se não
1037 existisse a SPM não teríamos força para combater a retirada do termo gênero no PNE.
1038 Informou que não precisamos de estatuto, estatuto racial é uma medida necessária para
1039 se respeitar e para afirmar a discriminação racial, como o estauto da criança e do
1040 adolescente, das pessoas idosas e da juventude, são problemáticas diferenciadas.
1041 Falou que não é fácil fazer um sistema de políticas públicas para mulheres, e é essa a
1042 dificuldade que estamos tendo para levar a discussão para a base; a outra dificuldade
1043 que somou com às palavras da Secretária Rosali, disse que hoje, se pensarmos e
1044 inventarmos mais um fundo a fundo, teria que ter um marco legal, ou seja, a aprovação
1045 no Congresso Nacional. Disse que é importante criar um sistema, e não tínhamos ainda
1046 nem um retrato que é esse sistema de informação e de dados que existem sobre
1047 políticas públicas e ações para as mulheres, o qual estamos fazendo agora e será
1048 apresentado na 4ª CNPM. Informou que gostaria de separar a discussão para o
1049 processo das conferências, do sistema e do fundo a fundo, porque essa questão
1050 importantíssima do fundo a fundo vai obstaculizar a discussão do avançar do sistema.
1051 Parabenizou a apresentação da Eliana e informou que ela foi a responsável pelo texto
1052 básico das conferências, o qual foi colocado nas pastas das conselheiras. E comentou:
1053 ela sintetizou o texto e fez a apresentação, mas que tem medo quando ela falou que
1054 não está havendo dificuldades nas conferências municipais e estaduais para discutir o
1055 sistema, porque todas as informações que está tendo é que estão tendo muita
1056 dificuldade para discutir esse eixo, porque ninguém está entendendo. Explicou que uma
1057 coisa é a dificuldade para compreender o sistema, o qual estamos discutindo pela
1058 primeira vez, a outra é o desejo de que se tenha o sistema. Falou que o papel desse
1059 conselho é qualificar a discussão e a outra coisa é a dificuldade de fazer essa discussão,
1060 porque não pode, como ministra, deixar passar nas conferências que a criação desse
1061 sistema é fácil e a questão de fundo a fundo é também fácil, porque não é; é complicado
1062 tem que ter um marco legal, tem que ter uma lei. Lembrou da fala da secretária Rosali
1063 referindo-se de um projeto de lei de iniciativa popular, dizendo, podemos começar a
1064 pensar nisso, se vamos pegar assinaturas e criar as condições. Terceira: nós SPM e
1065 CNDM apresentaremos na 4ª CNPM, o primeiro sistema de informação e indicadores
1066 do que existe para as mulheres. Quarta: discutir o sistema, separadamente do fundo a
1067 fundo. Isso pode ser um avanço, mas na hora que vincularmos que o sistema só pode
1068 existir se houver um fundo a fundo, complicará. Propôs que aprofundássemos a
1069 discussão do sistema partindo do que apresentamos e vamos colocar para as
1070 conferências no espaço que vamos apresentar e a partir daí vamos avançando nas
1071 discussões, o que é esse outro sistema, porque acha interessante dizer que o fundo
1072 fecha a execução de uma política, ela se dá no nível da formulação teórica, o que a
1073 SEPPIR faz é isso. Ela se dá em formulação teórica e na execução de construção de
1074 infraestrutura e é o que fazemos na violência. Quinta: temos que ter claro que a SPM é
1075 também executora, e das três secretarias, somos a única que discutimos a infraestrutura
1076 por causa da violência, o que foi um avanço enorme na política. Isso não quer dizer que
1077 não executamos na autonomia econômica/SAE e na SAIAT, executamos de outras
1078 formas: formulando políticas, investindo, construindo, criando aberturas e possibilidades
1079 de acesso. Temos a responsabilidade de não complexar essa discussão nas
1080 conferências e temos a obrigação de facilitar sem desqualificar essa discussão.

1081 Distinguir os dois fundos, separar, dizer que o sistema pode a médio e a longo prazo
1082 criar e ser um indutor da criação de um fundo a fundo, não pautar como discussão
1083 prioritária. Deixou claro que nas conferências estão pensando que chegou o fundo a
1084 fundo e que quando acabar a 4ª CNPM o fundo a fundo vai existir, e não vai. **Tereza**
1085 **Cristina**/Gestora da SMPM/Goiânia disse ser uma pessoa que sempre pensou na
1086 questão do fundo e que, na última reunião da Comissão Organizadora da 4ª CNPM, viu
1087 que na realidade o sistema precedia o fundo e talvez no texto base, teremos que
1088 desconstruir isso para pensar no sistema e que havia falado o que precisávamos na
1089 verdade era desse fio condutor e que a partir daí começaremos a lincar todas as políticas
1090 já existentes. Falou que acha que a SPM executa sim nas outras áreas, porque a partir
1091 do momento que induz na área de trabalho o município ou o estado pode ser aquele
1092 que estará diretamente executando, a execução indireta é da SPM. Na realidade essa
1093 execução é feita na área de violência, na área do trabalho e nas demais áreas. A ministra
1094 **Eleonora** esclareceu que se referiu a dois tipos de execução, um de infraestrutura que
1095 é na área de enfrentamento a violência e outra na área de indução de políticas. **Tereza**
1096 **Cristina**/SMPM-Goiânia foi mais adiante e disse que acha que todas essas políticas só
1097 estão sendo executadas nos municípios e nos estados porque existe esse espaço
1098 dentro da união que através dos conselhos é cobrado o tempo todo. Portanto, girar a
1099 engrenagem do sistema é importante porque ela não só pode nos levar ao fundo, como
1100 nos levar a outras execuções, a exemplo do SUAS e do SUS. Sobre o Pacto Federativo
1101 dosse que tem questões que o fundo tem que guardar dentro dele e tem outra coisa que
1102 é a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal que o fundo vai ter que guardar isso com
1103 muito cuidado, porque essa Lei obriga municípios, estados e a união a terem algum tipo
1104 de relação com o todo e que temos que pensar nisso quando instituímos o fundo e
1105 lembrou que na última reunião tentaram aproveitar a lei de criação do conselho que criou
1106 um fundo para o seu funcionamento, mas que se colocou contra a essa ideia, dizendo:
1107 temos que construir uma novidade que as pessoas da área da saúde e da assistência
1108 conseguiram, nós mulheres somos muito melhores. **Silvana Conti**/LBL informou que
1109 realizaram a Conferência em Porto Alegre, que contou com a presença da
1110 Linda/Secretária Executiva que não teve a oportunidade de falar e por isso utilizaram o
1111 material da Eliana e a parabenizou em público porque foi através do Texto-Base que
1112 fizemos a discussão. Disse que o sistema vem como uma novidade boa, porque ele se
1113 sistematiza, ele costura os fios, ele costura as redes, ele apara as arestas e também
1114 compromete tanto o Executivo, quanto o Legislativo e o Movimento de Mulheres e
1115 Feministas locais e foi nessa perspectiva que buscaram encaminhar o debate. Falou
1116 que a questão do fundo é um desafio, mas tem também a questão da transversalidade
1117 que não depende de recurso financeiro, depende de vontade política. Finalizou com a
1118 questão de colher assinaturas que discutiram na última reunião da Comissão
1119 Organizadora, seria muito bem-vinda como uma pauta unitária do movimento de
1120 mulheres neste momento de conjuntura tão difícil, é uma coisa que nos unifica e pode
1121 nos animar e nos levar para as ruas para fazermos esse diálogo com toda sociedade e
1122 com o movimento de mulheres. **Sheila Sabag**/RNFS também falou a respeito do
1123 sistema, da sistematização das políticas e que temos que ter bem nítido na nossa
1124 memória toda vez que formos falar nas políticas para as mulheres, como elas são
1125 estruturadas e como foram construídas, elas se estruturam em dois eixos principais, que
1126 é o enfrentamento de todas as formas de violência, autonomia econômica e social das
1127 mulheres, esse é o eixo estruturante da nossa política. Falou que teremos que resgatar
1128 isso, para que possamos diferenciar das políticas setoriais, é por isso que nos
1129 confundem quando falamos em políticas para as mulheres, nos remete a saúde e
1130 principalmente a assistência social. Citou exemplo que no município de Caçador/SC, a
1131 secretária da Assistência Social falou que já executa a política da mulher no município
1132 com ações como curso de pintura, isso é política para mulher na concepção daquele
1133 município que tem oitenta mil pessoas. Falou que teremos que pensar como vamos
1134 levar isso, de que forma, e concordou com a Silvana na pauta que nos unifica na coleta

1135 das assinaturas para a criação do fundo e que temos dentro da questão da política no
1136 âmbito federal e levar o sistema como uma forma de construirmos nossos planos
1137 municipais e estaduais, porque em SC o estado não tem um plano estadual e só tem
1138 um município que tem um plano municipal que é o Município de Florianópolis.
1139 Agradeceu a Eliana pelo material porque também estão se baseando no Texto-Base
1140 para falar sobre o sistema e explicou que a única coisa que fez foi tirar a parte que fala
1141 sobre a existência do fundo do Conselho. A ministra **Eleonora** leu a proposta da Nota
1142 das Margaridas, elaborada pela conselheira Alessandra/CONTAG. Por se tratar de dois
1143 importantes assuntos, Schuma/AMB sugeriu que fosse desmembrada em duas notas,
1144 porque uma coisa é solidarizar com a marcha e outra com os familiares pelo falecimento
1145 das três companheiras, o que foi acatado. Então foi redigido uma Nota de Pesar do
1146 CNDM e uma Nota de Repúdio pelo assassinato da Dora. Em seguida, passou a palavra
1147 à **Tatau Godinho**/SAE que distribuiu e falou do Caderno de Resultados Mulheres (2011-
1148 junho/2015) - Plano Brasil Sem Miséria/MDS, distribuído na Marcha das Margaridas.
1149 Disse se tratar de uma edição que sistematizou as ações que beneficiaram as mulheres,
1150 o que nos ajuda a ver como as políticas de autonomia econômica das mulheres
1151 fortalecem a situação das mulheres nesse país e o quanto foi feito na política pública
1152 em geral. Informou que o caderno está disponível no site do MDS. A ministra **Eleonora**
1153 referindo-se à boa parceria com o MDS, disse que a ministra Tereza Campelo é uma
1154 parceira de primeira grandeza. Na sequência passou à palavra para a Coordenadora da
1155 4ª CNPM, Sonia Malheiros, reconhecendo em público o excelente trabalho por ela
1156 desenvolvido e, em seu nome agradeceu às demais integrantes da Comissão
1157 Organizadora. **Sonia Malheiros**/Assessora Especial, agradeceu o trabalho que vem
1158 sendo realizado pela Comissão Organizadora da 4ª CNPM e pelas integrantes da SPM
1159 - da Secretaria Executiva e, em especial, da SAIAT e da Secretaria Executiva do CNDM,
1160 envolvidas/os na organização da Conferência. Apresentou um informe geral do
1161 processo de organização da 4ª CNPM, destacando que seu objetivo central é fortalecer
1162 a Política Nacional para as Mulheres. Apontou a importância dos eixos da conferência:
1163 participação social; fortalecimento institucional; a discussão da questão do sistema
1164 político, com participação das mulheres e igualdade, tendo em vista a histórica sub-
1165 representação das mulheres nos espaços de poder; e a decisão de se começar a discutir
1166 a criação de um Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres. Informou sobre a
1167 realização de debate sobre a 4ª CNPM na reunião do Comitê de Monitoramento do
1168 PNPM para discutir os critérios da representação do governo federal na 4ª CNPM,
1169 conforme apresentação em PowerPoint (**Anexo nº 13**). **Linda Goulart**/Secretária
1170 Executiva disse que está terminando um documento, com orientações gerais sobre
1171 como iremos fazer para instalação dos comitês de gênero e os seguintes ministérios se
1172 comprometeram a criá-los: Minc, Ministério do Esporte, MEC, Ministério da Pesca,
1173 Ministério da Integração Social, Ministério da Previdência Social, MS, SDH, MJ e o
1174 MCTI, os demais ministérios estão analisando. Disse que a criação dos comitês de
1175 gênero é extremamente importante para a SPM, e para fortalecer a política de gênero
1176 nos ministérios **Adriana Rodrigues**/ASCOM-SPM apresentou a consultora aprovada
1177 pelo processo de seleção da ONU, a Isabel, que estará trabalhando conosco, falou que
1178 a ONU é uma empresa grande que poderá atender todas as demandas que tínhamos
1179 imaginado e se dispôs a continuar dando seu apoio e de toda a equipe da comunicação
1180 e da Isabel, que veio para reforçar essa atuação durante o período das Conferências.
1181 **Cristiane Kondo**/Parto do Princípio perguntou se está previsto a acessibilidade em
1182 Libras no portal para pessoas com deficiência auditiva. **Rosa de Lourdes**/CNDM
1183 informou que na Secretaria Geral da Presidência da República, tem um setor específico
1184 para tratar da questão de acessibilidade às pessoas com deficiência e avisou que
1185 pediremos cobertura sobre o assunto. **Sonia Malheiros** – Informa sobre a organização
1186 das Consultas Nacionais com mulheres ciganas, indígenas, quilombolas e de matriz
1187 africana e Conferências Livres com mulheres trans e com deficiência, como parte da 4ª
1188 CNPM. Agradece o trabalho de Janaina Oliveira, coordenadora da Diversidade na SPM

1189 e a Marcy Figueiredo pelo trabalho de organização. E que estas estão sendo
1190 organizadas pela SPM, mas em parceria com SEPPIR, SDH, FUNAI. Fala de decisão
1191 tomada pela Comissão Organizadora da 4ª CNPM de orientar a empresa de
1192 comunicação que irá trabalhar na conferência de trabalhar esses temas de maneira mais
1193 profunda, bem como de orientar a empresa que fará a Conferência Nacional para que
1194 contrate para a equipe que irá trabalhar, mulheres com deficiência, mulheres trans, entre
1195 outras, para que tenhamos a diversidade das mulheres trabalhando na Conferência. Dá
1196 um relato de processo de organização da 4ª CNPM, e apresenta um mapa com número
1197 municípios de cada UF envolvidos em conferências municipais e intermunicipais. Fala
1198 do estágio da discussão da programação da Conferência Nacional e destaca a
1199 realização de diferentes conferências livres, a exemplo de mulheres em situação de
1200 prisão e meninas, e a realização de pré-conferências. Agradece o trabalho de Suzy
1201 Theodoro, da SAIAT, no contato com os OPMs e de Rosa de Lourdes no contato com
1202 os conselhos. Aponta que o processo de organização da 4ª CNPM já está rendendo
1203 frutos, com a criação e reativação de conselhos e organismos municipais de políticas
1204 para as mulheres. Abre espaço para que as integrantes da Comissão Organizadora
1205 complementem o informe. Em seguida a ministra **Eleonora** abriu as inscrições para
1206 debate. **Sheila Sabag/RNFS** informou que em Santa Catarina, tinham 24 e agora já tem
1207 72 conferências municipais. Pediu apoio do CNDM e da SPM, referente ao fato da PLC
1208 0025 já ter ido para a Assembleia Legislativa, o qual extingue a Coordenadoria da
1209 Mulher do estado de Santa Catarina e o transforma em um cargo de Coordenadora
1210 vinculado à Secretaria da Assistência Social, ou seja, vão perder sua OPM e a
1211 coordenadoria da mulher e informou que o CEDIM e o Fórum das mulheres estava
1212 redigindo uma Moção de Repúdio que será postado na lista para assinaturas das
1213 conselheiras que julgarem pertinente. **Jeanete Mazzeiro/FMM**, informou que em BH
1214 realizaram dez conferências regionais, com uma média de 100 participantes em cada
1215 uma, e que estão tentando junto ao judiciário realizarem uma junto às mulheres do
1216 sistema prisional, por existir um presídio feminino que abriga várias mulheres, inclusive
1217 com crianças. Salientou que já conversou com a Deputada Fatima porque ela tem
1218 projetos voltados à mulheres que tem filhos que nasceram dentro do presídio. Informou
1219 que ela aprovou o projeto que permite a criança permanecer com a mãe por
1220 determinado tempo, e que a mesma participará da conferência após a negociação com
1221 o judiciário. Concluiu dizendo que já tinham quase 200 municípios realizando
1222 conferências regionais. **Silvana Conti/LBL** disse que em POA realizou-se a conferência
1223 municipal e que contou com a presença da Linda/Secretária Executiva e da Suzy/SAIAT.
1224 Informou que na reestruturação do governador do RS a SPM transformou-se em um
1225 departamento. Referiu que em 2011 realizaram 300 conferências, e neste ano só
1226 conseguiram realizar 85. Mas que continuam realizando várias conferências livres em
1227 parceria com a marcha mundial de mulheres, UBM, Coletivo Feminino Plural, dentre
1228 outras. E que já ocorreram conferências municipais direcionadas às mulheres
1229 deficientes, jovens, negras, LBTS, trabalhadoras, movimentos comunitários, saúde,
1230 cultura, educação e em situação de prisão. **Linda Goulart/Secretária Executiva**
1231 complementou dizendo que teve uma agenda com o prefeito e ele se comprometeu a
1232 fazer uma reunião com a FAMURS, que é a federação dos municípios e dos prefeitos,
1233 para pedir e cobrar um empenho para os municípios aderirem às conferências.
1234 **Josanira/AMNB** informou que será realizada uma plenária em São Luís/MA para
1235 deliberarem quais companheiras deverão participar das conferências municipais, e
1236 observou que existem conselhos municipais se reativando por causa da 4ª CNPM e que
1237 será realizado um encontro de capacitação com as presidentas e vice-presidentas dos
1238 conselhos municipais junto com as conselheiras do conselho estadual e com as técnicas
1239 da SPM/Ma, com o objetivo de discutir e fortalecer a conferência estadual. Informou que
1240 até o momento foram realizadas 60 conferências municipais e quatro intermunicipais E
1241 que estão em processo de organização da Marcha das Mulheres Negras que ocorrerá
1242 em novembro. **Laura Berdine/MRE** parabenizou a SPM pela organização da 4ª CNPM

1243 e também pela articulação constante que tem tido com os comitês de gênero dos
1244 ministérios, pois no Itamaraty tem sido fundamental para aumentar a sensibilidade das
1245 chefias e também para levar discussão para dentro do ministério. Disse que
1246 servidores/as do MREE estão engajados na realização da conferência interna, visando
1247 uma participação mais ativa na 4ª CNPM. E referiu: apesar do MRE não ser ministério
1248 que implementa políticas públicas acredita que terão contribuições importantes a fazer
1249 e também a receber durante a conferência diante do contexto internacional. **Matilde**
1250 **Ribeiro**/Conselheira de Notório Conhecimento das Questões de Gênero disse que o
1251 informe é mais relativo ao trabalho com os alunos via UNILAB e uma relação com outras
1252 universidades do estado da Bahia, o qual estão preparando uma conferência livre e
1253 particularmente em relação a UNILAB o projeto do grupo de estudo, pesquisa e
1254 extensão que envolve questão de raça, gênero, desenvolvimento e territorialidade no
1255 processo de organização para participação de alunas/os na Marcha das Mulheres
1256 Negras, informou que farão link com duas conferências nacionais que é a da mulher e
1257 da Jventude, preparando para a Marcha das Mulheres Negras. Falou que o projeto se
1258 estende de setembro a abril de 2016 e tem como propósito fazer reflexões com os
1259 alunos, começando com a conferência livre, passando pela marcha e depois
1260 estimulando a textos, artigos, poesias, crônicas, para uma publicação virtual, que
1261 lançarão no desfecho do projeto, coincidindo com a 4ª CNPM. Falou sobre o desafio
1262 neste momento ao preparar a conferência livre para conseguir fazer articulação com
1263 conferências municipais, porque as universidades estão em greve e os alunos estão
1264 dispersos, e citou o exemplo do município de São Francisco do Conde, onde está a
1265 UNILAB, e onde já aconteceu a conferência municipal e não conseguiram envolver os
1266 alunos, mas com a decisão de fazer da conferência livre um ponto de partida e irão se
1267 articular com a conferência estadual, onde já conversou com a Secretária Olívia, o que
1268 será uma novidade na Universidade, pois nunca houve nesse espaço este tipo de
1269 articulação. **Antônia Salgado**/MAMA informou que houve alteração nos dados do Pará,
1270 ao invés de 15, agora são 26 que realizaram conferências municipais. E está em
1271 processo de realização uma conferência livre com os movimentos sociais de mulheres
1272 de todo o estado. Solicitou ao CNDM e a SPM para que dessem um reforço em seu
1273 estado, porque estão tendo dificuldades no acesso à comunicação e com a interlocução
1274 com os municípios devido a defasagem na telefonia e na internet. Falou da falta de
1275 incentivo político por parte do governo do estado, o qual não diz que não irá fazer a
1276 conferência, mas não facilita o acesso às informações para as integrantes da
1277 comissão organizadora. Informou que a Secretária Rosali vai representar a SPM na
1278 reunião com os movimentos sociais e com a comissão organizadora na conferência
1279 municipal de Belém. **Lourdes Simões**/MMM considera que São Paulo é um dos estados
1280 que deve ter acompanhamento direto. Informou que foi feita uma pré-conferência
1281 estadual na Assembleia Legislativa, onde a coordenadora estadual, Tereza Kodama
1282 participou. Informou que a Rose é quem preside o Conselho Estadual da Condição
1283 Feminina. A ministra **Eleonora** falou que esteve com a Rose e foi informada por ela que
1284 está como coordenadora da conferência, por mandado do governador. **Lourdes**
1285 **Simões**/MMM disse que isso deveria ser acompanhado de perto porque existe uma
1286 disputa entre o conselho e a coordenação. Falou que não foi publicado o regimento da
1287 conferência estadual e que dialogou com a conselheira Silvana Verissimo/FNMN para
1288 juntas fazerem um esforço para acompanhar algumas conferências da macrorregião de
1289 Campinas e a macrorregião de Piracicaba. Contou que fizeram uma reunião no
1290 município Leme e reuniram uns dez municípios com as companheiras as quais tinham
1291 diálogo, para em cada município realizarem as conferências e tirarem delegadas.
1292 Informou que em Campinas fizeram cinco pré-conferências e já fizeram conferência e
1293 tiraram delegadas e na macrorregião também já está tudo encaminhado, mas acha que
1294 vale a pena acompanhar, porque serão 400 delegadas que terão direito de participar da
1295 4ª CNPM. **Silvana Verissimo**/FNMN reiterou que estão passando por sérias
1296 dificuldades em São Paulo e informou que a conferência de Piracicaba foi realizada e

1297 as delegadas do governo seriam retiradas pelo Prefeito, mas bateram contra e não
1298 aceitaram e falou que na cidade de Cordeirópolis também iria acontecer a mesma coisa,
1299 mas fez uma reunião com o prefeito e falou que quem tem que tirar as delegadas do
1300 governo, são as próprias delegadas e nenhum órgão tem que interferir. Deu uma boa
1301 notícia, que em sua cidade, Piracicaba, quando o atual governo assumiu, eles
1302 simplesmente fecharam o Centro de Referência da Mulher, o qual atendia 5 mil
1303 mulheres por ano e o prefeito atual, no dia da conferência anunciou a reabertura desse
1304 Centro, que se deve a união de mulheres que lutaram para que esse centro de referência
1305 voltasse a funcionar e que foi convidada para participar da inauguração. **Lucia**
1306 **Rincon/UBM** verificou que o empenho é grande e que a conferência anda e se
1307 intensifica, conforme os informes passados pela Sonia Malheiros Informou que a UBM
1308 tem a direção de secretaria ou de conselho e estão no Amazonas, Rio de Janeiro, Rio
1309 Grande do Sul, Maranhão, Distrito Federal e alguns outros lugares. Informou que
1310 Ângela, representante da UBM em Santa Catarina, está sendo deslocada com a mesma
1311 condição jurídica para dentro da Secretaria de Assistência Social, com a concordância
1312 de setores do movimento e defendendo sempre a criação da secretaria em nível
1313 estadual e falou que a secretaria já tem a Coordenadoria de Juventude, do Idoso, do
1314 Negro e agora da Mulher, onde a intenção é que estando sob a condução de uma
1315 feminista histórica e reconhecida, possa ajudar a avançar um pouco mais. **Bruna/UNE**
1316 informou que o movimento de mulheres de Salvador, acabou de sofrer uma derrota
1317 política, material e simbólica, devido a aprovado de PL que institui uma semana de
1318 conscientização antiaborto. Um projeto que não foi dialogado com os movimentos de
1319 mulheres, os quais fizeram mobilização. Informou que estão tendo algumas dificuldades
1320 no formato e na metodologia da conferência que está sendo tocada pela SPM do
1321 município devido a concepção diferente do movimento de mulheres, mas tentando
1322 incidir no processo de construção. Disse que irão fazer uma conferência livre de
1323 mulheres jovens, e outra de mulheres crespas e turbanteiras. Finalizou dizendo que a
1324 ideia é debater a questão da identidade, do acesso à cidade e de como construir
1325 políticas públicas para este setor. **Tereza Cristina/Gestora da SMPM/Goiânia** referiu
1326 que também estão com problemas com o regimento interno estadual com relação com
1327 a questão do meio a meio na escolha de delegadas e que está conversando com a
1328 secretária estadual para ver se conseguem fazer a mudança, porque senão estará em
1329 descompasso com o regimento nacional. Informou que dividiram a cidade em 17 regiões
1330 e organizaram pré conferências, envolvendo cerca de 830 mulheres. E que no dia 06/08
1331 realizaram o Lançamento da Conferência Municipal que contou várias entidades e
1332 lideranças convidadas, inclusive aproveitando a Marcha das Margaridas. Participaram
1333 cerca de 50 mulheres. **Eunice Cruz/BPW** informou que em Pontal do Paranapanema
1334 tem o maior número de presídios no Brasil e não conseguiram fazer conferência com as
1335 presidiárias, porque é humanamente impossível. Alegou que tem na região 57
1336 municípios e muitos deles tem de cinco a sete mil habitantes e que estão se mobilizando
1337 para realizarem de 15 a 20 conferências intermunicipais para juntar o máximo dos
1338 municípios. Informou que em Presidente Prudente estão tentando levar a Tatau/SAE
1339 para participar da conferência e disse que lá também é uma região a qual as dificuldades
1340 são muito grandes e os conselhos estão quase todos parando. E concluiu dizendo que
1341 a conferência veio dar um fôlego e o pessoal está tentando se reconstruir. A ministra
1342 **Eleonora** cumprimentou e parabenizou a todas pelo esforço que cada uma tem feito em
1343 relação às conferências e esclareceu como é bom perceber e ter a clareza de que cada
1344 uma a partir dos seus lugares chamou para si a mobilização das mulheres nesse
1345 momento tão difícil em que estamos vivendo no país. Em seguida alegou que no
1346 processo de conferência o que terão como fruto é o resultado do trabalho coletivo da
1347 SPM e do CNDM. Disse ter erteza de que essa mobilização reverterá na garantia dos
1348 direitos às duras penas conquistados. **Linda Goulart/Secretária Executiva**, referiu que
1349 um dos assuntos a ser tratado na 4ª CNPM, é um balanço da implementação do PNPM.
1350 Informou que ocorreu uma reunião com as secretárias e com Sonia Malheiros para

1351 discutirem qual seria a metodologia a ser adotada e deixou claro que sabe que não
1352 existe a perspectiva de que em menos de três anos todas as suas ações tenham sido
1353 implementadas, mas é importante avaliar como está sendo implementado e o porque
1354 não avançamos em alguns aspectos. Lembrou que o PNPM não é um plano estático,
1355 várias ações foram introduzidas como, por exemplo, o programa mulher viver sem
1356 violência que não constava nele, se tornando em um dos nossos principais programas
1357 no enfrentamento à violência. E comentou: temos muita coisa produzida internamente
1358 que pode servir de insumo. Temos uma avaliação de cada secretaria sobre suas ações,
1359 suas responsabilidades e documentos internos como o relatório de gestão do período
1360 de 2014. E finalizou dizendo que irão fazer uma coleta direta junto aos ministérios
1361 selecionados a partir daqueles que têm mais ações no PNPM como, por exemplo,
1362 saúde, educação, desenvolvimento agrário, trabalho, justiça, cultura e esporte, e a ideia
1363 é também aproveitar esse trabalho. **Valeska Loyola/CFP** salientou que apesar de ser
1364 contemplada a saúde mental das mulheres vítimas de violência no PNPM e na Lei Maria
1365 da Penha, as ações ainda não foram implementadas. Destacou que no Ministério da
1366 Saúde já existe um GT de saúde mental e racismo, mas ainda não existe um sobre
1367 saúde mental e gênero, mesmo que grande parte da população que procure os CAPS
1368 sejam as mulheres, bem como haja indícios de uma psiquiatrização e medicalização
1369 das mulheres brasileiras (maiores consumidoras de benzodiazepínicos distribuídos pelo
1370 SUS)..A ministra **Eleonora** informou que esteve em reunião com o Ministro da Saúde,
1371 juntamente com Rosali/SAIAT e acertaram várias ações, além da nota técnica sobre
1372 serviços que atendem mulheres em situação de violência, a lista dos hospitais que
1373 prestam atendimento para divulgação no site da SPM. Acertou-se também a formação
1374 de um GT da saúde mental das mulheres; mulheres com deficiência; mulheres idosas e
1375 o adoecimento por causa das condições de trabalho. Disse que a parceria com o MS
1376 está em processo de resolução, com muita determinação do ministro e da secretária de
1377 assistência à saúde, onde fica a psicóloga Filomena. Em seguida falou sobre o relatório
1378 do 180, referente ao primeiro semestre de 2015, o qual foi divulgado no site da SPM,
1379 em que registra um alto índice da violência psicológica. Referiu que os dados estão
1380 subnotificados, uns do Data SUS, da CNASP, os do 180 e os do Conselho Federal de
1381 Psicologia, e, que, mesmo com a portaria de 14/12/2004, do Presidente Lula, obrigando
1382 a notificação compulsória de todo e qualquer ato de violência, as unidades de saúde e
1383 os demais serviços que prestam o atendimento não a preenche em sua totalidade.
1384 Informou que sua fala é do ponto de vista do executivo, sobre o que conseguimos fazer
1385 em termos da parceria com o MS, além da informação já passada que ficou com a SPM
1386 o monitoramento, o controle e o acompanhamento direto das ações do PNAISM.
1387 **Valeska Loyola/CFP** referiu que, em geral, as violências de gênero são invisibilizadas
1388 nos atendimentos à saúde mental das mulheres. Há a crença por parte dos profissionais
1389 da área de que o sofrimento apresentado por mulheres é "menor". A representante do
1390 Conselho Federal de Psicologia então propôs que o MS criasse um GT de saúde mental
1391 e gênero e, também, CAPS específico para mulheres. **Lucia Rincon/UBM** esclareceu
1392 que o documento foi para lista, ficou lá por alguns dias e recebeu contribuições e diante
1393 do conselho como responsável num primeiro momento, responsabilizado nesse pleno
1394 para que fosse tirado esse documento, então foi a versão inicial que recebeu essas
1395 contribuições, portanto fez a primeira cópia a qual a ministra tem nas mão e distribuiu
1396 antes do início dos trabalhos da tarde, para que as conselheiras pudessem contribuir
1397 novamente e apreciar, e isso foi feito. Informou que já foram incorporadas às novas
1398 contribuições, mas pensa que não há nada que impeça que ele volte para a lista para
1399 ser finalizado como sugeriu a ministra. A ministra **Eleonora** propôs que o grupo que está
1400 retrabalhando o manifesto do CNDM para a 15ª Conferência Nacional de Saúde o faça
1401 e o recoloca na lista e que aguardará para acrescentar as suas contribuições por ser
1402 sua área. **Lucia Rincon/UBM** repassará para o grupo que trabalhou com as
1403 contribuições de quem as fez para que possa ser encaminhado. A ministra **Eleonora**
1404 esclareceu o encaminhamento dado, que o manifesto do CNDM volte para o grupo que

1405 está retrabalhando nele, depois ela também trabalhará nele, e por fim será colocado na
1406 lista para aprovação final. Em seguida foram lidas e aprovadas as seguintes Notas: uma
1407 de pesar sobre as mortes de **Maria Pureza dos Santos Nascimento; Maria Ozanira**
1408 **Cardoso Araújo e Izabel Gonçalves dos Santos (Anexo nº 14)**; uma Moção de
1409 Repúdio sobre o assassinato de **Maria das Dores dos Santos Salvador (Anexo nº**
1410 **15)**; e, a Nota Técnica nº 24 – Conceito Gênero no PNE/MEC **(Anexo nº 16)**. E
1411 distribuídos os seguintes materiais: Plano Brasil sem Miséria – Caderno de Resultados
1412 Mulheres/ 2011-2015 **(Anexo nº 17)** e o da Marcha das Margaridas/2015 **(Anexo nº**
1413 **18)**. A ministra **Eleonora** encerrou a reunião, agradecendo a participação de todas e
1414 alegando que nesses dois dias de reunião as intervenções foram muito qualificadas e
1415 que coletivamente ganhamos muito. Informou que a próxima reunião do CNDM será nos
1416 dias 01 e 02 de dezembro. Ata elaborada por Rosa de Lourdes Azevedo dos Santos –
1417 Coordenadora-Geral do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.